

ISSO DE QUERER  
SER EXATAMENTE AQUILO  
QUE A GENTE É  
AINDA VAI  
NOS LEVAR ALÉM

LEMINSKI



HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA

# O CAPITALISMO, A POLÍTICA E AS CIDADES NO BRASIL

*Conceitos fundamentais para  
formação política popular*



HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA

# O CAPITALISMO, A POLÍTICA E AS CIDADES NO BRASIL

*Conceitos fundamentais para  
formação política popular*



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Silva, Hugo Fanton Ribeiro da  
O capitalismo, a política e as cidades no Brasil :  
conceitos fundamentais para formação política  
popular / Hugo Fanton Ribeiro da Silva ; ilustração  
Diva Braga. -- 1. ed. -- São Paulo : União Nacional  
por Moradia Popular, 2019.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-80642-02-1

1. Brasil - Política econômica 2. Capitalismo -  
Aspectos sociais 3. Capitalismo - Brasil  
4. Desigualdade social 5. Direitos sociais  
6. Política social I. Braga, Diva. II. Título.

19-30153

CDD-361.25

**Índices para catálogo sistemático:**

- |                                  |        |
|----------------------------------|--------|
| 1. Capitalismo e política social | 361.25 |
| 2. Política social e capitalismo | 361.25 |

União Nacional por Moradia Popular

Rua Conselheiro Furtado 692 – Sala 03

São Paulo – SP

Liberdade

01511-000

Brasil

Contatos: (+55 11) 3667-2309 | [comunicaunmp@gmail.com](mailto:comunicaunmp@gmail.com)

Site: [unmp.org.br](http://unmp.org.br)

Facebook: União Nacional por Moradia Popular

Autor: Hugo Fanton Ribeiro da Silva

Revisores: Benedito Roberto Barbosa e Evaniza Rodrigues

Projeto Gráfico e Ilustração: Diva Braga



HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA

# O CAPITALISMO, A POLÍTICA E AS CIDADES NO BRASIL

*Conceitos fundamentais para  
formação política popular*



1ª Edição | São Paulo, UNMP 2019



# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	06
<b>Capítulo 1 – O que é o capitalismo e a propriedade privada?</b>	08
Breve história do capitalismo	11
Escravidão	13
Capitalismo e propriedade privada	13
As frações de classe e a classe média	14
<b>Capítulo 2 – Por que o capitalismo persiste, apesar da exploração e da desigualdade?</b>	16
O Estado Capitalista	18
Burocracia e desigualdade	20
Luta de Classes	21
<b>Capítulo 3 – Política e capitalismo</b>	23
As democracias burguesas	25
Ditaduras Militares	27
Fascismo e neofascismo	28





<b>Capítulo 4 - A questão urbana</b>	30
Breve história da formação urbana no Brasil	31
Ditadura Militar, urbanização e o projeto democrático-popular	33
<b>Capítulo 5 - A cidade como mercadoria e o neoliberalismo</b>	36
Neoliberalismo e questão urbana	39
Os anos 2000: lulismo e política urbana	41
<b>Capítulo 6 - Direito à cidade e luta por hegemonia</b>	44
Neofascismo e a luta urbana	46
A cidade como um direito	47
Luta por hegemonia e a construção do socialismo	50
Referências	52



# APRESENTAÇÃO

**A** atual fase do capitalismo mundial impõe a diversos países, centrais e periféricos, uma profunda crise econômica, política e social, com diminuição do ritmo de crescimento das economias e queda nas taxas de lucro de diversos setores. Em resposta, há um realinhamento das classes dominantes em torno de um projeto neoliberal e autoritário, que traz como consequências: a explosão dos processos migratórios, o aumento da pobreza rural e urbana, o corte de direitos e a precarização das condições de trabalho das classes trabalhadoras, a repressão e criminalização das lutas sociais, os ataques às democracias e organizações populares, a intensificação da exploração predatória dos recursos naturais e o direcionamento das riquezas nacionais para remuneração do mercado financeiro.

O Brasil faz parte dessa conjuntura de ataque aos direitos das classes trabalhadoras. Em abril de 2019, completou um ano da prisão arbitrária do presidente Lula, efetuada com o objetivo de garantir a implementação de uma agenda de retrocessos e violações de direitos. A prisão ilegal da maior liderança popular da história brasileira foi articulada pela mesma aliança que deu um golpe na presidenta Dilma Rousseff em 2016 e elegeu o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro em 2018: os empresários, os grandes meios de comunicação, os partidos de direita que dominam o parlamento e suas bancadas - da bala, ruralista e da bíblia -, os setores conservadores da Igreja Católica e os evangélicos neopentecostais, os militares e o Sistema de Justiça.

Neste primeiro ano de governo Bolsonaro, segue o contexto de profunda crise, com os mais pobres vítimas da retirada de direitos e do corte de investimentos nas áreas sociais. Também faz parte dos retrocessos a criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças. Desde o golpe só aumentou o uso do aparato policial, judicial e dos meios de comunicação de massa para perseguir a militância e toda forma de resistência. Outra face da violência contra a luta popular foi o assassinato da Vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Pedro, em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro-RJ, caso ainda não solucionado, pois não se revelou, até o momento, quem são os mandantes do crime.

Para mudar essa conjuntura, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), entidade filiada à CMP e à Frente Brasil Popular, entende que o caminho é a organização e a luta em defesa de um projeto democrático-popular para o país. Para enfrentar tanto retrocesso, é ainda mais fundamental articular o campo popular e as organizações de esquerda. Precisamos aprofundar os esforços de formação da militância, com uma educação popular voltada à compreensão do capitalismo, de como se expressa em nosso dia a dia a luta de classes e de quais são as possibilidades de construção coletiva da resistência e da luta revolucionária em direção do socialismo.



Esta publicação da UNMP é uma pequena parte desse esforço. Nas páginas que seguem, vamos falar de forma mais aprofundada sobre temas que estão presentes nas nossas assembleias, plenárias, formações e diferentes espaços de atuação. Temas como: capitalismo, neoliberalismo, classes sociais, Estado, fascismo e a disputa política pelas cidades são aqui apresentados, em um esforço de, com linguagem acessível, tratar de conceitos densos, que contribuem com a compreensão da realidade em que vivemos.

Recorremos, para isso, à teoria marxista da história. O filósofo alemão Karl Marx viveu de 1818 a 1883 em diferentes países, sempre comprometido com o desenvolvimento científico como forma de compreensão da realidade, e com a transformação das relações sociais vigentes pela construção da revolução socialista. Em sua vasta obra, consolidou conceitos como materialismo histórico e dialético, alienação, modo de produção, mais valia e luta de classes. Seu principal trabalho, O Capital, é um conjunto de três livros que analisa o modo de produção capitalista e consolida os principais conceitos do marxismo para entender o mundo em que vivemos.

Fundamentados nesse referencial e em alguns dos autores que contribuíram com o desenvolvimento do marxismo e da teoria da história, apresentamos aqui alguns desses conceitos. Nossa proposta é que esta publicação contribua com a formação política de lutadoras e lutadores dos movimentos de moradia, a partir da análise marxista da realidade em que atuamos. Para isso, dividimos a publicação em seis capítulos. No primeiro deles, trazemos o debate sobre o que é o capitalismo e a propriedade privada, com uma síntese de conceitos como modo de produção e capital. No segundo capítulo, recorremos à análise política marxista, para compreender por que o capitalismo persiste, apesar da exploração e da desigualdade. No seguinte, aprofundamos esse tema, com a discussão sobre formas políticas de dominação no capitalismo, tais como a democracia burguesa, as ditaduras e o fascismo. O capítulo quatro abre a segunda parte do livro, que correlaciona a discussão sobre o capitalismo e a questão urbana. Na sequência, buscamos compreender como o capitalismo conforma as cidades como uma mercadoria e qual é o projeto da atual fase do capitalismo, o neoliberalismo, para as cidades. Por fim, trazemos o tema do direito à cidade, com a discussão sobre qual é o projeto democrático-popular para as cidades, rumo à construção do socialismo.

Boa leitura!





CAPÍTULO 1

# O QUE É O CAPITALISMO E A PROPRIEDADE PRIVADA?



VAMOS COMEÇAR NOSSA CONVERSA  
REFLETINDO SOBRE COMO FUNCIONA A  
SOCIEDADE E A PROPRIEDADE PRIVADA  
NO CAPITALISMO.



O capital, portanto, não é qualquer dinheiro, nem qualquer riqueza. O capital é sempre uma riqueza que se transforma para se valorizar. Capital é valor que se valoriza, é uma contínua transformação do valor, seja na produção, seja na relação de compra e venda no mercado.

Conforme o capitalismo se desenvolveu, os capitalistas, ou seja, aquelas pessoas que possuem muito capital, criaram novas formas de produzir riqueza. Por exemplo, quando um fazendeiro expulsa povos indígenas das terras em que vivem há séculos e lá começa uma plantação ou uma criação de gado, ele está tornando aquela terra um capital. Antes, era

Quando alguém fala em capitalismo, pensamos em muitas coisas: dinheiro, pessoas ricas e poderosas, ou em bens de consumo, como carros e eletrodomésticos. Isso porque a palavra capitalismo vem de uma outra palavra que é o fundamento básico da sociedade capitalista: o capital.

E afinal, o que é o capital? A forma mais comum das pessoas explicarem o que é o capital é pelo dinheiro. No capitalismo, há uma grande concorrência pelo dinheiro, que é visto como sinônimo de riqueza. Por isso, em geral, quando se fala em capital, se pensa em dinheiro, lucro, mercado e concorrência.

Mas capital é mais do que isso. Capital é uma riqueza investida para se tornar uma riqueza ainda maior. Um dono de padaria que consegue economizar e investir seu dinheiro em seu negócio, para depois de alguns anos obter uma quantia um pouco maior de lucro, é alguém que gerou um capital. Um industrial que compra uma fábrica, para gerar lucro e ficar mais rico, é alguém com muito capital.



**ENTÃO, O QUE É O CAPITALISMO? O CAPITALISMO É UMA SOCIEDADE QUE SE VOLTA À PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL. É UMA SOCIEDADE QUE TEM A EXPANSÃO DO CAPITAL COMO FUNDAMENTO DE SUA ORGANIZAÇÃO. O OBJETIVO PRINCIPAL DA SOCIEDADE CAPITALISTA É O LUCRO.**



fonte de vida para a população indígena. Quando o fazendeiro se apropria dela, e com ela produz riqueza, a terra se torna um capital.

Então, o que é o capitalismo? O capitalismo é uma sociedade que se volta à produção e reprodução do capital. É uma sociedade que tem a expansão do capital como fundamento de sua organização. O objetivo principal da sociedade capitalista é o lucro.

No capitalismo, existe uma concorrência pelo capital, conduzida por todos os donos de capital. Mas, o que realmente move as sociedades capitalistas são os donos do grande capital, organizado em grandes empresas. Na atual fase do capitalismo, os principais donos de capital são os financistas, que possuem o capital financeiro.

O capital financeiro é a riqueza gerada no mercado financeiro – por exemplo, as ações de empresas, títulos públicos e privados, câmbio – e seu controle pelos financistas organiza a economia de todos os países do mundo na atualidade. Quando os jornais falam sobre o “mercado” - “o mercado está nervoso”; “o mercado não concorda com tal medida” -, estão se referindo aos donos do capital financeiro, que buscam orientar as políticas econômicas de todos os países de acordo com seus interesses e seus lucros.

Existe uma ilusão de que esse tal “mercado”, ou mesmo uma empresa, existe para atender um consumidor ou para gerar empregos. No capitalismo, a empresa tem uma finalidade única: gerar lucro. A empresa nada mais é do que uma forma de um capitalista investir o seu capital e, após algum tempo, possuir mais capital. Por isso, é muito comum no capitalismo alguém decidir fechar sua fábrica ou comércio e investir seu capital de outra forma: na bolsa de valores ou na compra de terras. O que orienta o capitalista no investimento é identificar onde seu capital irá produzir mais capital.

Mas afinal, como o capital se reproduz? Como um capital se torna mais capital? Como a riqueza é gerada?

É pelo trabalho.

É o trabalho que gera riqueza, não o capitalista.

Vejamos pelo exemplo acima, do fazendeiro que se apropria das terras de povos indígenas. Aquela terra vai se tornar um capital na medida em que nela houver trabalho para gerar riqueza.

As populações expulsas de seus territórios passam a procurar uma forma de sobrevivência, que é pela venda de sua força de trabalho. No capitalismo, a força de trabalho é uma mercadoria, vendida pela maioria das pessoas, que não possuem meios de produção. Aqueles indígenas expulsos de seu território

“  
“  
**É O TRABALHO  
QUE GERA RIQUEZA,  
NÃO O CAPITALISTA.**



buscam no mercado vender sua força de trabalho e com isso receber um salário, seja no comércio, na fábrica ou mesmo no campo. Já o fazendeiro, uma vez dispondo da terra, contrata o trabalhador para nela trabalhar. Conforme o trabalhador, dispondo dos instrumentos da fazenda, produz mercadoria, o capital se reproduz.

E assim o capitalismo gera a desigualdade. Aqueles que possuem os meios de produção exploram os que não os possuem, e pela exploração do trabalho acumulam mais capital, que assume diferentes formas. Por isso, os marxistas dizem que o capital é uma relação social. É na relação social que envolve o trabalhador e os meios de produção de um proprietário que o capital se produz e se reproduz.

Voltando ao exemplo da fazenda - a formação do capital se iniciou pela expulsão da tribo de suas terras e se completou pelo trabalho, desenvolvido com o uso dos meios de produção da fazenda: a própria terra, as sementes, o adubo, os instrumentos agrícolas e o trator etc. O lucro, a expressão máxima do capital, é resultado do tempo de trabalho não pago em todo esse processo. Por isso, a relação capitalista é uma relação de exploração: o proprietário dos meios de produção, no caso o fazendeiro com sua fazenda, extrai sua riqueza do trabalho de quem não possui meios de produção, no caso exemplificado, o camponês.

## BREVE HISTÓRIA DO CAPITALISMO

**A** economia de mercado já existia antes do capitalismo. Desde muitos séculos atrás, antes mesmo de Cristo, as sociedades organizaram economias de mercado, ou seja, de produção especializada de bens que seriam trocados, com ou sem o uso de moeda. Em geral, as economias eram de subsistência, em que as pessoas produziam para seu próprio consumo, e destinavam as sobras de sua produção para troca no mercado. Nas economias anteriores ao capitalismo, o que importava era o valor de uso do que era produzido. A produção era voltada para o uso próprio, e uma parte pequena dela era destinada para a troca.

O capitalismo também é uma economia de mercado. Mas nele é a troca que ganha mais importância. A produção está voltada ao valor de troca de um bem. Isso explica por que o capitalismo surge com as grandes navegações e o aumento significativo do comércio entre as sociedades.

Em geral, o estudo da história da Inglaterra, a primeira grande potência capitalista, é uma base para entender como o capitalismo se formou. Assim como diferentes países da Europa, a Inglaterra passou por uma transição do feudalismo para o capitalismo ao longo dos séculos XV e XVI. O modo de produção feudal era caracterizado pela relação de trabalho de servidão. As classes sociais fundamentais da sociedade feudal eram os servos e os senhores feudais, que compunham as nobrezas. Os servos não eram trabalhadores livres. O direito feudal os mantinha vinculados a uma gleba, a terra em que trabalhavam, e a eles cabia destinar parte

de sua produção ao senhor feudal. No entanto, ao contrário do modo de produção escravista, no feudalismo os trabalhadores possuíam alguns direitos, como o de receber proteção em caso de guerra.

A transição do feudalismo para o capitalismo teve como marco fundamental a expulsão dos servos das terras em que trabalhavam e a transformação dos feudos em empresas agrárias. Com a expansão do comércio inglês e da indústria têxtil, os senhores feudais, por meio do Estado inglês, expulsaram os servos de suas terras para, no lugar, criar ovelhas em grande quantidade.

Os servos expulsos do campo se tornaram mão de obra na cidade, em um novo tipo de relação de produção, capitalista, que se caracteriza pela existência de trabalhadores “livres”, que vendem sua força de trabalho para um capitalista.

Essa é uma liberdade apenas formal. O direito do Estado capitalista define que todos são livres para comprar ou vender sua força de trabalho. Mas, na realidade, como todos os trabalhadores dependem da venda da força de trabalho para sobreviver, isso se torna uma imposição do capitalismo.

Essas relações fundamentais existentes em diferentes épocas – nas sociedades antigas, no feudalismo e no capitalismo - definem aquilo que Marx chamou de “modo de produção”. No período antigo, o modo de produção era escravista, e opunha senhor e escravo; na Idade Média, o modo de produção era feudal, e opunha servos e senhores feudais; e na modernidade o modo de produção é capitalista, opondo trabalhadores e burgueses.

Por isso, Marx assim inicia seu Manifesto do Partido Comunista:



*A história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes.*

*Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial-artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrocada comum das classes em luta.*

*Nas épocas remotas da história, encontramos por quase toda a parte uma estruturação completa da sociedade em diferentes estamentos, uma gradação multifacetada das posições sociais. Na Roma antiga temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, membros de corporação, oficiais-artesãos, servos, e ainda, em quase cada uma dessas classes, novas gradações particulares. A moderna sociedade burguesa, emergente do naufrágio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão, novas estruturas de luta no lugar das antigas.*

*A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, contudo, pelo fato de ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade toda cinde-se, mais e mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente confrontadas: burguesia e proletariado”.*



# A ESCRAVIDÃO

No Brasil, e em alguns outros países que foram colonizados por potências do centro do capitalismo, foi desenvolvido um modo de produção específico: a escravidão moderna. É moderna não por ser refinada ou menos cruel, mas por estar em outro período histórico, o da modernidade, que tornou o escravismo um pouco distinto da escravidão no mundo antigo. A diferença não está no grau de exploração do trabalho escravo, que foi igualmente cruel. A diferença está no destino da produção: a escravidão foi a forma dominante de produzir, na colônia, os bens destinados a se tornar capital na metrópole. A escravidão da colônia era funcional à empresa capitalista que estava localizada nas metrópoles.

Quando Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda invadiram e disputaram as terras no continente americano, a partir do século XVI, já estava iniciado o processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas nesses países. Eram empresas capitalistas que buscavam novos mercados ou novas possibilidades de acumulação primitiva, ou seja, de se apropriar de novas riquezas e as transformar em capital.

No Brasil, ao longo do período colonial, foram várias as empresas desenvolvidas: de extração e comércio do Pau Brasil, de produção e comércio do açúcar e de extração mineral etc. A realização da mais valia, do lucro, se completava no capitalismo da metrópole, pelas trocas comerciais capitalistas entre países como Portugal e Inglaterra. No entanto, a relação de produção fundamental, que gerava a riqueza pelo trabalho, era o escravismo da colônia. Por isso, no Brasil colônia o modo de produção é escravista, não capitalista.

Foi pela escravidão de negros e indígenas que se realizou o trabalho no Brasil até a abolição formal da escravidão em 1888. A partir de então se pode dizer que há o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, pois é nesse período que se institui a relação formal constitutiva do capitalismo: o trabalhador “livre” para vender sua força de trabalho a um capitalista. Persistem até hoje, no entanto, formas de trabalho análogas à escravidão, funcionais a uma lógica de superexploração no capitalismo. A luta por direitos trabalhistas é uma resposta das classes trabalhadoras ao movimento permanente do capital para ampliar ao máximo as condições de exploração.

## CAPITALISMO E PROPRIEDADE PRIVADA

Como já foi possível perceber, o capitalismo tem como elemento central a apropriação privada daquilo que é público, coletivizado ou de grupos com menos poder. No capitalismo, as relações de propriedade foram:



alteradas. Assim foi com a expulsão dos servos de suas glebas, com a invasão dos territórios nas Américas ou mesmo no exemplo ilustrativo que demos do fazendeiro que até hoje expulsa populações tradicionais de suas terras. Além desse processo de acumulação primitiva, é característica do capitalismo separar o trabalhador de seu meio de produção, que se torna uma propriedade privada do capitalista.

No feudalismo, os meios de produção pertenciam aos servos, eram deles as ferramentas utilizadas no trabalho, seja no campo, seja na produção artesanal. Com a expulsão dos servos de suas glebas, não apenas lhes foram retiradas as terras, mas também seus meios de produção, que passaram a pertencer à empresa capitalista.

O desenvolvimento do capitalismo, com o processo de apropriação privada do que antes era coletivo e sua incorporação na produção do capital, cria a tendência de tornar tudo uma propriedade privada. Tudo se torna uma mercadoria. Por isso, a terra, que antes era coletiva, passa a ser uma propriedade privada e uma mercadoria que se compra e se vende. O trabalhador, desprovido de meios de produção para trabalhar, e de terra para viver, é obrigado a exercer sua “liberdade” de vender a força de trabalho para ter acesso a um meio de produção e pagar por um local para viver.

No Brasil, como será visto adiante, isso se deu já a partir da invasão dos portugueses em 1500 e a apropriação dos territórios dos povos originários. As terras passaram a ser controladas pela Coroa Portuguesa que, sobretudo pelo sistema de sesmarias, concedia o direito de uso para poucas pessoas. Estas se tornaram donas de grandes propriedades rurais com utilização de mão de obra escrava. Após a independência, adotou-se o modelo de posse livre de terras devolutas, interrompido em 1850, com a lei de terras, que pelo sistema de leilões restringiu novamente o acesso a poucos endinheirados.

Marx, no texto “Contribuição à Crítica da Economia Política”, apresenta a síntese: “a transformação de dinheiro em capital pressupõe um processo histórico que tenha separado as condições objetivas do trabalho, tornando-as independentes, e as volta contra os trabalhadores. Entretanto, desde que o capital e seu processo existam, conquistam toda a produção e provocam e acentuam, por toda a parte, a separação entre trabalho e propriedade, entre trabalho e as condições objetivas de trabalho”.

## AS FRAÇÕES DE CLASSE E A CLASSE MÉDIA

No texto do Manifesto do Partido Comunista anteriormente destacado, Marx prevê que o desenvolvimento do capitalismo levaria a uma simplificação dos antagonismos de classe, com a tendência de uma polarização entre burguesia e proletariado. No entanto, como já indicado inclusive em sua principal obra,



O Capital, houve uma complexificação na conformação das classes sociais ao longo das décadas, sobretudo no século XX.

O marxista grego Nicos Poulantzas, no livro *Poder Político e Classes Sociais*, indica que, pela especialização e divisão do capital, há uma formação de diferentes frações de classe - burguesia industrial, latifundiários, banqueiros, comerciantes, dentre outras frações dominantes - e as frações das classes trabalhadoras, como os operários, os camponeses, as classes populares etc. Mesmo que se formem conglomerados econômicos, isso não anula a existência de frações, pois o grande capital é dividido por conflitos no processo de acumulação. Na habitação, por exemplo, as frações burguesas mais atreladas ao capital financeiro defendem uma política de altas taxas de juros, enquanto a fração industrial da construção civil está interessada em uma política de redução de juros, pois isso eleva o acesso ao financiamento imobiliário e diminui os custos da produção.

No caso das classes trabalhadoras, a questão é igualmente complexa, e justamente por isso adotamos aqui o plural na sua definição. A relação de exploração fundamental entre a burguesia como um todo e as classes trabalhadoras como um todo persiste. No entanto, a divisão do capital produz socialmente o fracionamento da classe. Um exemplo é dado pela própria Revolução Russa de 1917. Naquele momento histórico, os/as operários/as, nas fábricas das grandes cidades, possuíam elevado grau de organização e lutavam pela socialização dos meios de produção, com a adoção da propriedade coletiva. Já os/as camponeses/as, em relação de servidão, lutavam pela reforma agrária e adoção da propriedade privada no campo. Os comunistas souberam então combinar esses diferentes interesses das classes trabalhadoras russas na condução do processo revolucionário.

Atualmente, para além das diferenças entre trabalhadores/as do campo e da cidade, do comércio e da fábrica, houve um intenso desenvolvimento de uma fração amplamente conhecida como “classe média”. Poulantzas define esse setor como “nova pequena burguesia”, caracterizada pela realização de trabalho improdutivo, intelectual e/ou ocupação de cargos de gerência e chefia. O cientista político brasileiro Décio Saes complementa ressaltando que o meritocratism diferencia a classe média das demais frações das classes trabalhadoras, ou seja, que a classe média acredita na ideologia do mérito, acredita que ocupa uma posição média na sociedade por mérito, e não por privilégio. Tal ideologia estabelece uma hierarquia entre trabalho manual e intelectual, que é exaltado, enquanto as profissões manuais são tratadas como degradantes.

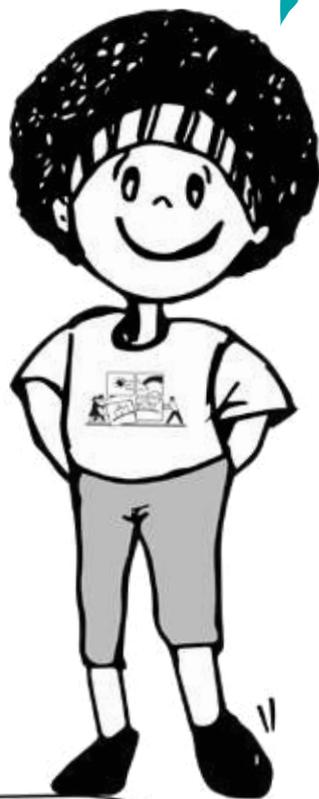
Por isso, na luta política, é muito comum uma polarização entre as classes populares e a classe média. Apesar de ser igualmente explorada pela burguesia, a classe média tende ideologicamente a se identificar com os setores dominantes (e muitas vezes os altos salários equiparam o padrão de vida de pessoas de classe média com a burguesia), e na luta política e social se posicionam a favor da dominação.

CAPÍTULO 2

# POR QUE O CAPITALISMO PERSISTE, APESAR DA EXPLORAÇÃO E DA DESIGUALDADE?



AGORA QUE ENTENDEMOS UM POUCO MAIS SOBRE COMO O CAPITALISMO SE CONSTITUI, VAMOS FALAR SOBRE COMO SE MANTÉM A SOCIEDADE CAPITALISTA. OS ACONTECIMENTOS ATÉ AQUI DESCRITOS NÃO FORAM FRUTO DO ACASO, NATURAIS, QUE EVOLUÍRAM DE FORMA ALEATÓRIA OU POR VONTADE DIVINA. É UM PROCESSO HISTÓRICO. NO MARXISMO, CONFORME JÁ EXPOSTO, A HISTÓRIA DAS SOCIEDADES É A HISTÓRIA DA LUTA DE CLASSES.



**A**té o momento, debatemos sobre quais são as classes sociais fundamentais de cada momento histórico. Agora, vamos ver como se produz a luta entre essas classes sociais fundamentais.

A história é um processo de desenvolvimento das forças produtivas, e cada época expressa um modo de produção específico. O modo de produção é determinado pelas relações de produção, e a transformação de um modo de produção em outro se dá quando entram em contradição as forças produtivas e as relações de produção. Por exemplo, no período final do feudalismo, conforme exposto anteriormente, houve uma expansão do comércio pelas grandes navegações, o que aumentou em larga escala a demanda de produção para comercialização. Além disso, a invenção das máquinas a vapor deu

condições para que essa produção fosse realizada nas fábricas. Esse conjunto de mudanças é o chamado “desenvolvimento das forças produtivas”, que entraram em contradição com as relações de produção então vigentes, entre senhores feudais e servos. Essas relações impossibilitavam o atendimento da grande demanda por produção de lã no campo e por mão de obra na fábrica.

Ao tomar consciência dessas contradições, os senhores feudais e a burguesia mercantil buscaram resolvê-las pela construção de novas relações de produção. E essa resolução é operada pela política. Lembrem-se, foi pela ação do Estado que os servos foram expulsos de suas terras, e foi pela atuação no Estado que as classes dominantes criaram um novo direito, estabelecendo ao trabalhador a condição de “liberdade” para vender sua força de trabalho.

É pelo Estado que as classes dominantes mantêm a coesão social e as relações de produção de uma sociedade. Do mesmo modo, é pela tomada do poder de Estado que as classes sociais antes dominadas transformam as relações de produção e as mantêm em uma nova formação social.



O Estado feudal, controlado pela nobreza, estabeleceu uma ordem jurídica de estamentos que dava legitimidade ao trabalho não livre dos servos e estabelecia o seu vínculo com a gleba. No Estado capitalista, o direito estabelece a condição formal de liberdade do trabalhador para vender sua força de trabalho. Nos dois casos, há um jogo de aparências: o trabalho do servo na verdade é compulsório, e no capitalismo o trabalhador é explorado, pois não possui de fato liberdade para não vender sua força de trabalho, uma vez que está desprovido dos meios de produção.

Assim, a formação das sociedades capitalistas teve como marcos duas revoluções combinadas: a revolução burguesa e a revolução industrial. O caso inglês exposto no primeiro capítulo se referia às mudanças políticas decorrentes do início da revolução industrial, que é descrita pela invenção de máquinas capazes de realizar, em enorme quantidade, tarefas antes feitas por seres humanos. A produção em grande quantidade, para completar o processo de realização do capital, demandava a comercialização em larga escala, com a abertura de novos mercados e sua unificação. Tal necessidade econômica impulsionou as mobilizações políticas que deram origem às revoluções burguesas e, por consequência, aos Estados Nacionais. As grandes corporações demandavam a abolição de barreiras ao comércio e a unificação de pesos e medidas, objetivos concretizados pela atuação do novo Estado que surge desse processo de tomada de poder pelas burguesias nacionais. Estavam formados os Estados Capitalistas.

## O ESTADO CAPITALISTA

A função do Estado em uma sociedade é reproduzir as relações de produção. Seja ele escravista, feudal ou capitalista, o Estado assume uma estrutura jurídico-política que reproduz as relações vigentes. Por isso, a constituição brasileira, ou de outros países, adota como fundamento básico a manutenção da propriedade privada e, mesmo quando admite uma função social à propriedade, sua estrutura jurídico-política tenderá, sempre, a reproduzir a propriedade privada em detrimento de sua função social.

“  
É PELO ESTADO  
QUE AS CLASSES  
DOMINANTES  
MANTÊM A  
COESÃO SOCIAL E  
AS RELAÇÕES DE  
PRODUÇÃO DE UMA  
SOCIEDADE. DO  
MESMO MODO, É PELA  
TOMADA DO PODER  
DE ESTADO QUE AS  
CLASSES SOCIAIS  
ANTES DOMINADAS  
TRANSFORMAM  
AS RELAÇÕES DE  
PRODUÇÃO E AS  
MANTÊM EM UMA  
NOVA FORMAÇÃO  
SOCIAL.





Além de garantir a manutenção da propriedade privada, o Estado capitalista reproduz a aparente liberdade do trabalhador. A estrutura jurídico-política do Estado capitalista é constituída por um direito que se caracteriza, fundamentalmente, pelo tratamento igual aos desiguais. Uma pessoa em situação de rua, uma trabalhadora ambulante, um advogado, uma dona de joalheria, um fazendeiro, um banqueiro e um operário de uma fábrica possuem todos igualdade nos seus direitos civis em um Estado Capitalista. Isso reproduz, na sociedade capitalista, a relação desigual na troca em que o trabalhador vende “livremente” sua força de trabalho ao capitalista. O direito burguês produz uma ilusão de igualdade, de que partes livres e iguais realizam uma troca no mercado: o trabalhador que assina um contrato e troca com o capitalista sua força de trabalho por um salário.

Recentemente, no Brasil, durante o governo de Michel Temer, foi possível observar como essa ilusão é reproduzida. Durante a tramitação da chamada “reforma trabalhista”, que mudou a legislação trabalhista do país e retirou direitos dos trabalhadores, foi muito comum a afirmação, nos grandes meios de comunicação, de que a reforma era uma modernização: o trabalhador poderia negociar melhores condições com o seu patrão. Todos e todas sabemos como é desigual essa negociação, sobretudo em um momento de desemprego estrutural. No entanto, muitos acreditaram nessa ilusão de que um direito igual para todos produz igualdade.

No capitalismo, acontece o inverso, o direito igual para todos reproduz a desigualdade própria do sistema capitalista. Outro exemplo recente pode ser dado pelo desmonte da aposentadoria promovido pelo governo de Jair Bolsonaro. A propaganda foi toda fundamentada no combate a supostos “privilégios” e na promoção da igualdade, mas na prática atacou direitos de trabalhadores/as em situação de desigualdade.

Além do direito burguês, compõe a estrutura jurídico-política do Estado capitalista o burocratismo, que é o modo de organização da estrutura administrativa do Estado. No capitalismo, são características do burocratismo o acesso formal a todos os cargos administrativos do Estado, por meio de seleção meritocrática, além da hierarquização das tarefas. No livro *Poder Político e Classes Sociais*, o marxista Nicos Poulantzas afirma que o burocratismo do Estado Capitalista produz outra ilusão: como o Estado possui uma aparência universal, em que todo o povo pode formalmente ter acesso, ao invés de ser concebido como um Estado de classe, o Estado Burguês acaba sendo entendido pelas pessoas como um Estado Nacional, representante de todo povo-nação.

Em suma, a manutenção da exploração e da desigualdade são funções do Estado Capitalista. Para que o capital se reproduza e as relações de produção entre burguês e trabalhador se mantenham em funcionamento, há uma estrutura jurídico-política. Essa estrutura é controlada pelas classes dominantes, ainda que haja uma aparência democrática.



# BUROCRACIA E DESIGUALDADE

Conforme dissemos anteriormente, na estrutura técnico administrativa do Estado Capitalista os cargos estão abertos a um acesso formal para todas as pessoas, por seleção meritocrática. Periodicamente, realiza-se concursos públicos para ingresso de qualquer cidadão ou cidadã a uma carreira de Estado. A isso se combina uma hierarquização das tarefas do Estado, com critérios de mérito para ascensão.

Aqui, reproduz-se outra ilusão: de que todos os cargos estão abertos a todas as pessoas. Formalmente isso é verdade: pelo direito, tanto um pobre quanto um rico pode ser juiz ou general do Exército. No entanto, na realidade, as diferenças de classe da sociedade capitalista se reproduzem na hierarquia do Estado capitalista. Os cargos de trabalho manual, da parte de baixo da hierarquia de Estado, tendem a ser ocupados, majoritariamente, por pessoas provenientes de famílias das classes populares. Já os cargos do topo da hierarquia do Estado, tais como o de General do Exército ou Juiz Federal, tendem a ser ocupados por pessoas provenientes de famílias da alta classe média ou das classes dominantes.

Por isso, nos contextos de crise do capitalismo, a tendência é de aliança entre as classes dominantes e a alta hierarquia do Estado Capitalista, que se volta para a reprodução da exploração e da desigualdade. Aqui, há uma combinação de dois elementos da dominação: da estrutura social e da estrutura jurídico-política.

A cena política brasileira dos últimos anos é um exemplo de como isso se reproduz concretamente. Após anos de um governo popular, de Lula e Dilma Rousseff, de construção de políticas voltadas à diminuição da desigualdade social, as classes dominantes atuaram politicamente para reverter esse processo, por meio de uma aliança entre forças políticas atuantes na sociedade e na alta hierarquia do Estado. Promotores, juízes, generais do exército, banqueiros e grandes capitalistas estavam unificados na mudança da condução do governo e do projeto de país.

Para atingir esse objetivo, essas forças mobilizaram as estruturas do Estado e da sociedade, e com isso conseguiram derrubar a presidenta Dilma por meio de um golpe jurídico-parlamentar, impedir a maior liderança popular, o Lula, de disputar as eleições em 2018 por meio de uma prisão ilegal, e eleger um candidato de extrema direita para a completa restauração da “ordem” burguesa, ou seja, da exploração e da desigualdade.



**PARA QUE O CAPITAL  
SE REPRODUZA E AS  
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO  
ENTRE BURGUEÊS E  
TRABALHADOR SE  
MANTENHAM EM  
FUNCIONAMENTO,  
HÁ UMA ESTRUTURA  
JURÍDICO-POLÍTICA**



# A LUTA DE CLASSES

**T**erminamos esse capítulo com a consolidação do conceito marxista “luta de classes”. Todo esse processo descrito, e o exemplo da história recente do Brasil, caracteriza aquilo que Marx chama de “luta de classes”.

No Manifesto do Partido Comunista, Marx mostra que o desenvolvimento das forças produtivas transforma as classes sociais fundamentais de uma sociedade, como já falado no primeiro capítulo. Mas além do desenvolvimento econômico que modifica a estrutura da sociedade, está também presente no Manifesto a ideia de que a luta de classes incide sobre esse processo. A burguesia se organizou e atuou para derrubar o modo de produção feudal, e para isso foi fundamental a conquista do poder de Estado e as mudanças em sua estrutura jurídico-política. Da mesma forma, as burguesias lutaram para impor as máquinas em substituição ao trabalho manual, para expulsar os trabalhadores de suas terras no campo e para despojá-los de seus meios de produção.

Quando surgem as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, as classes sociais envolvidas nessa dinâmica, ao tomar consciência de seus interesses e de tais contradições, lutam entre si, em defesa de seus próprios interesses. Trata-se de uma luta com aspectos econômicos, políticos e ideológicos, ou seja, com dimensões objetivas e subjetivas. No Manifesto, a ideia de “constituição do proletariado em classe” envolve justamente tais aspectos, pois ali se apresentam as condições necessárias para que a classe operária, dominada no modo de produção capitalista pela classe burguesa, se organize como força social autônoma e revolucionária.

É por isso que alguns autores marxistas afirmam que a luta de classes é somente a luta revolucionária, e diferenciam a luta pelo poder de Estado da luta reivindicativa. Para esses autores, a luta de classes no modo de produção capitalista se caracterizaria pela ação unificada do proletariado contra as classes capitalistas, em defesa da mudança do modo de produção, de capitalismo para socialismo. Já a luta reivindicativa, fragmentada, no período atual caracterizada como “luta por direitos”, é definida como “conflito distributivo”, em que diferentes frações de classe – classes populares, classes médias, profissionais liberais, pequena burguesia, burguesia industrial, burguesia financeira – disputam entre si a distribuição dos recursos arrecadados pelo Estado.

No entanto, entendemos que os conflitos distributivos podem assumir, em alguns contextos, a forma de luta de classes. No atual momento do Brasil, por exemplo, não vivemos uma situação revolucionária, com as classes trabalhadoras unificadas em torno da luta pelo poder de Estado e pela mudança do modo de produção. Porém, a superação da crise econômica, logo, a reprodução do capital, depende dos resultados de conflitos distributivos que opõem classes trabalhadoras e classes burguesas. O desmonte da previdência pública e os ataques aos direitos dos trabalhadores são conflitos distributivos que unificam a burguesia, em busca de recomposição de

suas margens de lucro. Da mesma forma, existe um potencial de ação unificada das classes trabalhadoras, que pode se concretizar a partir da luta ideológica. Assim como a mudança de modo de produção do feudalismo para o capitalismo envolveu diferentes etapas da luta de classes, em que a burguesia progressivamente se unificou na luta pela tomada de poder de Estado e pela implantação do capitalismo, podemos conceber conflitos como o que vivemos hoje no Brasil como mais uma etapa da luta das classes trabalhadoras, em direção do socialismo. A luta de classes não é linear, envolve vitórias e derrotas, mas tem como elemento central a oposição de duas classes em disputa, em defesa de seus interesses, com expressões políticas, econômicas e ideológicas.

Nas lutas nas cidades podemos encontrar outro exemplo, que encerra este capítulo. O marxista David Harvey, em sua obra, afirma que nos espaços urbanos existe um processo de “acumulação por desapropriação”, garantido pela combinação entre deslocamento populacional decorrente da ação do Estado e reapropriação da terra pelo capital, por meio da geração de valor diferencial, produção imobiliária, especulação e criação de títulos e fundos no mercado financeiro. A isso se contrapõe a ação dos movimentos populares urbanos, que pela ocupação de espaços e defesa da função social da propriedade disputam a orientação do desenvolvimento urbano. Como existe uma relação direta entre tais disputas urbanas e a dinâmica macroeconômica dos países, Harvey afirma que existe um “conteúdo de classe” na ação dos movimentos, e sua contraposição à burguesia é uma forma de luta de classes, pois, mesmo quando afirmada “em termos de direitos”, trata-se de uma contraposição ao processo de acumulação do capital na urbanização.

Essa temática da relação entre capitalismo e “questão urbana” será aprofundada no Capítulo 4. Antecipamos aqui brevemente apenas como exemplo do conceito de “luta de classes”. Agora, no capítulo que segue, vamos tratar um pouco mais do tema da política em sua relação com o capitalismo. Até o momento, falamos sobre o Estado de maneira geral, e as características fundamentais de todos os Estados Capitalistas. No entanto, é preciso ressaltar que existem diferentes formas de organização da dominação capitalista pelo Estado. Esse tema será melhor desenvolvido no capítulo a seguir.

**“**

**COMO EXISTE UMA  
RELAÇÃO DIRETA  
ENTRE TAIS DISPUTAS  
URBANAS E A DINÂMICA  
MACROECONÔMICA  
DOS PAÍSES, HARVEY  
AFIRMA QUE EXISTE  
UM “CONTEÚDO DE  
CLASSE” NA AÇÃO DOS  
MOVIMENTOS, E SUA  
CONTRAPOSIÇÃO À  
BURGUESIA É UMA FORMA  
DE LUTA DE CLASSES**



CAPÍTULO 3

# POLÍTICA E CAPITALISMO





NO CAPÍTULO ANTERIOR, PERCEBEMOS QUE EXISTE UMA RELAÇÃO DIRETA ENTRE A REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO E A POLÍTICA, PELA PRÓPRIA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA. AGORA, VAMOS APROFUNDAR ESSE TEMA, COM A REFLEXÃO SOBRE COMO SE ORGANIZA A DOMINAÇÃO CAPITALISTA EM DIFERENTES FORMAS ESPECÍFICAS DE ESTADO BURGUEÊS.



**O REGIME POLÍTICO É UM CONJUNTO DE INSTITUIÇÕES QUE CONFORMAM A ESTRUTURA DE PODER, COM A COMBINAÇÃO DE ESPAÇOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS, JUDICIAIS E REPRESENTATIVOS PARA A FORMAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DA VONTADE POLÍTICA E O EXERCÍCIO DO PODER.**

**A**s formações sociais e os mais variados processos históricos de luta de classes levaram a uma multiplicidade de formas de organização do Estado. Vimos anteriormente que o Estado Capitalista possui uma estrutura geral e permanente, não representativa, que articula o direito burguês e o burocratismo. A isso se combinou, ao longo das décadas, diferentes estruturas representativas do Estado e sistemas de governo, destinados à coordenação dos interesses das classes dominantes em cada conjuntura histórica. Tais estruturas se organizam em diferentes níveis: regime político, sistemas e formas específicas de governo.

Com as revoluções burguesas e a formação dos Estados Nacionais, inicialmente o Estado não previa formas democráticas de representação. No entanto, a igualdade formal do direito burguês, que instituiu parâmetros de igualdade civil para todo o povo de uma nação, produziu condições para que as classes trabalhadoras em luta conquistassem espaços e mecanismos de representação na estrutura do Estado. Assim, os diferentes Estados Capitalistas passaram a organizar diferentes Regimes Políticos, que são



resultados históricos da luta de classes.

O Regime Político é um conjunto de instituições que conformam a estrutura de poder, com a combinação de espaços técnico-administrativos, judiciais e representativos para a formação e a consolidação da vontade política e o exercício do poder. Os Regimes Políticos variaram ao longo de toda história e precedem o capitalismo. O filósofo grego Aristóteles, por exemplo, criou uma tipologia de regimes: a Monarquia – governo de um só; a aristocracia – governo de poucos; e a democracia, governo de todo povo. Na política moderna, houve uma diferenciação entre oligarquia, o governo de poucos, e democracia, o governo de todos.

Em Marx, o Estado em si é concebido como uma ditadura de classe. Todas as constituições democrático-liberais, por exemplo, trazem em si a negação da democracia, ao prever mecanismos como o Estado de Sítio para restaurar a ordem capitalista. No entanto, a ditadura da burguesia pode, ao longo da história, assumir diferentes sistemas políticos e formas de governo, que variam de acordo com o grau de participação das classes subalternas nos espaços de poder. Em contraposição à ditadura burguesa, Marx propõe a ideia de “ditadura do proletariado”, que seria o poder operário organizado em uma instituição de tipo estatal. Essa seria uma forma necessariamente democrática de organização do poder, pois é o Estado organizado enquanto poder de todos/as os/as trabalhadores/as. Na mesma medida em que o Estado burguês age para restaurar a propriedade privada quando ameaçada, o Estado proletário, no socialismo, deve agir para proteger a propriedade coletiva.

No Estado Capitalista, os regimes políticos se diferenciam em ditatoriais e democrático-burgueses. Lembremos que, apesar de considerados “democráticos”, trata-se de uma democracia burguesa, ou seja, voltada à organização da dominação de uma classe específica, a burguesia. Entre os vários regimes ditatoriais existentes no capitalismo, vamos dar aqui destaque a dois deles: as ditaduras militares e o fascismo. No que se refere às democracias burguesas, os sistemas de governo tendem a variar em três formas dominantes: a monarquia parlamentar, o parlamentarismo e o presidencialismo, que é o sistema de governo adotado no Brasil atualmente.

## AS DEMOCRACIAS BURGUESAS

Como dissemos anteriormente, os regimes políticos do Estado Capitalista variam em formas ditatoriais e democráticas. Vamos falar agora um pouco mais sobre como são as democracias burguesas (ou liberais).

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que se trata de uma democracia da burguesia, ou seja, de formas de representação que incluem o povo no sistema político, mas com a preservação da estrutura do Estado burguês. Os Estados Nacionais que se seguiram às revoluções burguesas não contemplavam direitos políticos amplos,

em que todos pudessem votar e ser votados. Isso era, pelo contrário, um privilégio das classes proprietárias.

O avanço das lutas das classes trabalhadoras, no final do século XIX e início do século XX, trouxe como algumas de suas principais conquistas os direitos de votar e ser votado, além da própria concepção de direitos sociais. A revolução socialista na Rússia e a consolidação da União Soviética contribuíram para um fortalecimento desses direitos em todo o mundo, na medida em que o capitalismo se viu obrigado a incorporar em seu sistema alguns dos interesses das classes trabalhadoras, como forma de desmobilizar os processos revolucionários que ameaçavam o capitalismo.

Desse processo histórico resultou aquilo que hoje é entendido como democracia, ou seja, uma estrutura institucional-administrativa do Estado estabelecida por formas representativas, em que o cidadão e a cidadã têm direito ao voto e a ocupar cargos eletivos. As distintas formas representativas caracterizam os sistemas de governo, que na maioria dos países ocidentais variam entre monarquia parlamentar, parlamentarismo e presidencialismo.

A Monarquia se diferencia historicamente da República, sendo que a monarquia parlamentar está até hoje presente em estados burgueses como Grã-Bretanha, Dinamarca, Bélgica e Japão. No Brasil, o plebiscito de 1993 previu a opção pela monarquia, derrotada nas urnas.

Existe certa confusão quando se fala sobre esse tema, pela relação que o senso comum estabelece entre, de um lado, a monarquia e as formas arcaicas de governos pré-capitalistas e, de outro, a república e o interesse de todos. No entanto, o que diferencia a Monarquia e a República é o modo distinto de definição de quem é o chefe de Estado, o cargo de quem simboliza a unidade do Estado. A Monarquia é um modo dinástico e hereditário, que remonta a um princípio aristocrático. Já na República, o chefe de Estado é o representante máximo do governo eleito.

Nas democracias burguesas, os sistemas de monarquia parlamentar são, portanto, aqueles que combinam a Monarquia na definição de quem é o chefe de Estado com o parlamentarismo na definição de quem é o chefe de governo. Na Grã Bretanha, a rainha é a chefe de Estado, mas, periodicamente, os/as eleitores/as definem pelo voto quem serão seus representantes no Parlamento, para compor o governo. O Parlamento possui funções executivas – de administração e execução do programa de governo – e funções



**O QUE DIFERENCIA  
PRESIDENCIALISMO DO  
PARLAMENTARISMO,  
PORTANTO, É A SEPARAÇÃO  
ENTRE PODER EXECUTIVO  
E PODER LEGISLATIVO.  
POR ISSO, O CONGRESSO  
EM UM SISTEMA  
PRESIDENCIALISTA  
COMO O BRASILEIRO NÃO  
PODERIA SIMPLEMENTE  
FORMAR UMA MAIORIA E  
DERRUBAR O PRESIDENTE  
(OU A PRESIDENTA), COMO  
ACONTECE NOS PAÍSES  
PARLAMENTARISTAS. ISSO  
É CONSIDERADO GOLPE  
DE ESTADO, OU GOLPE  
PARLAMENTAR.**



legislativas, de elaboração das leis. Para se definir quem é o chefe de governo, aquele que comanda o poder executivo, os parlamentares formam uma maioria e elegem o primeiro ministro – e demais cargos previstos – dentre os próprios parlamentares. O parlamentarismo se diferencia da monarquia parlamentar por ser uma forma republicana, ou seja, o chefe de Estado é o próprio chefe de governo eleito periodicamente pelo parlamento.

Já no presidencialismo, que é a forma republicana adotada pelo Brasil e países como os Estados Unidos, o povo vota não apenas nos parlamentares, mas também nos candidatos a cargo executivo: prefeito, governador e presidente. O que diferencia presidencialismo do parlamentarismo, portanto, é a separação entre poder executivo e poder legislativo. Por isso, o Congresso em um sistema presidencialista como o brasileiro não poderia simplesmente formar uma maioria e derrubar o presidente (ou a presidenta), como acontece nos países parlamentaristas. Isso é considerado Golpe de Estado, ou golpe parlamentar.

No presidencialismo, os poderes de Chefe de Estado e Chefe de governo também estão concentrados em um único cargo, o de presidente, escolhido por meio do voto. Nessa forma de governo, o presidente ocupa função central no Estado, e tem seu poder legitimado por eleição majoritária. Em geral, toda dinâmica do governo é decorrente das ações e programas estabelecidos pelo presidente e pela composição do poder executivo, de modo que o Congresso apenas reage às iniciativas presidenciais. Uma eventual crise política entre os poderes, no entanto, pode evoluir para a paralisia governamental ou resultar em um golpe institucional.

## AS DITADURAS MILITARES

**A** Ditadura Militar é uma forma de governo que, no Brasil, foi vigente de 1964 a 1985. Não foi a única forma ditatorial de organização do poder no Brasil, que no período do Estado Novo (1937-1945) teve Getúlio Vargas à frente de um governo ditatorial, com semelhanças em relação aos regimes fascistas europeus.

Nas ditaduras, a coerção e o uso da força são as principais formas de imposição da vontade das classes dominantes. Assim as ditaduras se diferem das democracias: são formas de governo que não preveem a participação das classes trabalhadoras na definição das políticas a serem adotadas. Podem existir, nas ditaduras, eleições ou escolha de representação pelos cidadãos e cidadãs, mas são meros rituais de legitimação de governos e programas de governo definidos em espaços não representativos.

No caso da Ditadura Militar, são os militares – o topo da hierarquia das forças armadas - que definem a estrutura e o programa de governo. Isso se dá em interlocução com o conjunto das classes dominantes, porém quem controla os principais espaços de poder são os militares. A estrutura militar é mobilizada para impor, pelo uso da força militar, a vontade das classes dominantes ao conjunto da população. Por isso, o modismo

de considerar a Ditadura Militar no Brasil uma Ditadura “civil-militar” é equivocado. A estrutura de poder fundamental era militar, e os direitos civis básicos da população foram suprimidos. Da mesma forma que o mero apoio da Igreja a um regime não o torna uma “ditadura eclesiástica”, a mera existência de apoio de civis – no caso dos empresários – à ditadura no Brasil não a tornou um regime civil.

Ao contrário disso, na ditadura militar o conjunto da população, e sobretudo as classes trabalhadoras, não possui boa parte dos direitos civis, políticos e sociais conquistados ao longo de décadas de luta, tais como os direitos ao livre pensamento, à organização, à manifestação, à formação de partido político para disputa de poder pelo voto, à seguridade social, dentre outros. Por isso, assim como é importante compreender como o Estado Capitalista organiza a dominação burguesa, é fundamental diferenciar as formas de governo desse Estado. As condições de luta das classes trabalhadoras e as possibilidades de conquista variam muito de acordo com a forma de governo, sendo a democrática a que mais espaço abriu para a efetivação de direitos.

## FASCISMO E NEOFASCISMO

Desde que o “bolsonarismo” ganhou força no Brasil, ficou cada vez mais comum ouvirmos a palavra fascismo para definir o momento em que vivemos. Por isso, é igualmente fundamental entendermos o que foi o fascismo e o que é a sua expressão atual, o neofascismo.

Enquanto fenômeno histórico, o fascismo surgiu nas décadas de 1920 e 1930 em diferentes países europeus, sendo suas expressões mais conhecidas a Itália de Mussolini e a Alemanha nazista de Hitler. O nazismo foi uma forma própria de fascismo.

Na concepção do comunista italiano Antonio Gramsci, o fascismo foi um regime político que surgiu de uma crise de hegemonia da classe dirigente no contexto pós primeira guerra mundial. Naquela época, havia duas crises combinadas, a econômica, com dificuldades de retomada do crescimento, e a de representação das democracias burguesas. Associado a isso, houve um fortalecimento do movimento comunista internacional, que tornava a revolução socialista uma possibilidade concreta em muitos países do mundo. Nessa conjuntura, o fascismo se configurou como uma resposta das classes dominantes:



**O FASCISMO É  
UM SISTEMA  
AUTORITÁRIO QUE  
TEM COMO ELEMENTO  
FUNDAMENTAL A  
RESTAURAÇÃO DA  
DOMINAÇÃO BURGUESA  
EM CONTEXTO DE CRISE  
ECONÔMICA E POLÍTICA,  
ATRELADA AO COMBATE  
AO SOCIALISMO E  
À ORGANIZAÇÃO  
AUTÔNOMA DAS CLASSES  
TRABALHADORAS.**



era uma organização de tipo militar voltada à luta contra a classe operária, e envolveu a conformação de um partido de massas e de milícias armadas para o enfrentamento político na sociedade e no Estado.

O fascismo é, portanto, um fenômeno político e social. Trata-se, assim como a democracia liberal e a ditadura militar, de uma forma assumida pelo Estado burguês enquanto sistema de governo e, para além disso, um movimento na sociedade, que ao ganhar apoio nas massas ascende ao governo e disputa o poder de Estado.

Em termos políticos, portanto, o fascismo é um sistema autoritário que tem como elemento fundamental a restauração da dominação burguesa em contexto de crise econômica e política, atrelada ao combate ao socialismo e à organização autônoma das classes trabalhadoras. Estão também presentes no fascismo características como a representação política em um partido de massas altamente hierarquizado, ideologia de culto ao chefe do partido ou do governo quando no poder, desprezo às coletividades e diversidades, anti-intelectualismo, machismo, racismo e culto à violência. O fascismo possui um discurso superficial de crítica ao sistema dominante - e com isso responde à crise de representação -, mas defende um programa político-econômico que restaura a ordem burguesa. E assim o faz ao instituir a esquerda como o inimigo da nação a ser derrotado, o entrave a ser eliminado para que uma nação alcance seu destino triunfal.

Em uma série de textos publicada no primeiro semestre de 2019 no Jornal Brasil de Fato, o cientista político Armando Boito Jr define o Governo Bolsonaro como de emergência de um neofascismo: “no fascismo clássico, tratava-se de elementos ideológicos pequeno-burgueses; no neofascismo, de elementos ideológicos de classe média. Em conformidade com a sua base social pequeno-burguesa, aquele criticava principalmente o nascente capitalismo dos monopólios que agrava a situação do pequeno proprietário, o garrote dos bancos sobre as pequenas propriedades etc; já o neofascismo, em conformidade com a sua base social de classe média, critica principalmente a corrupção, a insegurança pessoal diante da criminalidade e o jogo sujo da ‘velha política’. Tanto no primeiro, como no segundo caso, o discurso fascista pode extrapolar a sua base social de origem e impactar outros segmentos populares”.

O fascismo é “um movimento reacionário de massa” que “tem por objetivo eliminar – e não simplesmente derrotar – a ‘esquerda’ do processo político”. O fascismo, como o autor adiantou, mobiliza um discurso crítico superficial que embasa um forte discurso anti-democrático, anti-popular e autoritário. “Embora não tenhamos um regime de ditadura fascista no Brasil, mas sim uma democracia burguesa deteriorada e em crise, temos sim um movimento neofascista ativo e um governo cuja chefia está entregue ao principal representante desse movimento”. Se houver um fortalecimento do bolsonarismo atrelado à deterioração da democracia burguesa brasileira, podemos passar do atual estágio de “governo neofascista” para uma Ditadura neofascista. Para reverter esse processo, é fundamental que os movimentos sociais se unifiquem em defesa da democracia, fortaleçam o diálogo em sua base social, ampliem sua inserção nas massas e promovam um longo processo de resistência e luta, com formação, organização e mobilização em defesa de um projeto democrático-popular para o Brasil.

CAPÍTULO 4

# A QUESTÃO URBANA





ATÉ AQUI, FALAMOS SOBRE O CAPITALISMO, A PROPRIEDADE PRIVADA E A POLÍTICA BURGUESA. AGORA, VAMOS RELACIONAR ESSA DISCUSSÃO GERAL COM UM TEMA ESPECÍFICO: A LUTA NAS CIDADES.

Muitas vezes você deve ter lido ou ouvido a expressão “questão urbana”. É comum em espaços de formação, plenárias, análises de conjuntura e seminários, uma liderança ou algum acadêmico afirmar: precisamos resolver a questão urbana no Brasil.

Afinal, o que isso significa?

A palavra questão tem vários significados: pergunta, interrogação, assunto... Na política, quando se fala em questão, como a agrária e a urbana, a referência é a um problema nacional, histórico e não resolvido. A “questão urbana” é o problema das cidades, da forma como se estruturou, historicamente, o espaço urbano no Brasil.

**A questão urbana é, no fundo, o problema da terra nas cidades.**

## BREVE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO URBANA NO BRASIL

As histórias do campo e da cidade no Brasil caminharam juntas. O urbano e o rural têm como elemento comum a estrutura fundiária, caracterizada pela concentração de terras nas mãos de poucos. Desde o início de nossa colonização, com a invasão dos territórios dos povos originários pelos portugueses, a instalação das primeiras empresas de produção voltada à metrópole e a conformação das capitânicas hereditárias, a terra foi concebida como propriedade privada, de uma minoria de famílias que usavam suas grandes propriedades para explorar o trabalho da maioria da população.

Os três primeiros séculos da história brasileira foram marcados por uma economia apoiada no grande latifúndio, com produção voltada para o mercado externo e mão de obra escrava. A Casa Grande e a Senzala sin-



tetizavam o modo de vida brasileiro: na Casa Grande, poucos privilegiados, com muito espaço para viver e beneficiados pela exploração da maioria do povo. Na Senzala, muita gente, com pouco espaço para viver, e condenada a trabalhar sem receber os frutos de seu trabalho.

Em 1850, foi aprovada a primeira lei de terras no Brasil, que proibia ao escravo liberto o acesso à terra. Assim, não é difícil entender por que existem tantas pessoas negras sem terra, em favelas ou ocupações. Apesar de parecer uma história distante, pouca coisa mudou de lá pra cá. A estrutura fundiária no Brasil permanece quase a mesma ao longo dos anos e essa organização da vida seguiu dominante na formação do espaço urbano no Brasil. A terra é propriedade privada, concentrada nas mãos de poucos, beneficiados pela exploração do trabalho da maioria da população. Nas palavras de José de Souza Martins: “se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”.

No século XX, o país passou por uma intensa urbanização e ampliação das cidades. Isso resultou de dois processos combinados: o avanço do latifúndio, com expulsão dos camponeses e migração para as cidades, e a industrialização.

Na obra “Parceiros do Rio Bonito”, escrita nos anos 1950 por Antonio Cândido, há uma descrição de como se deu a expulsão das famílias das zonas rurais. Ao longo de nossa história, o interior do país foi ocupado por milhões de famílias que viviam daquilo que produziam no campo. Eram formas coletivas de compartilhar o cultivo da terra e a criação de animais, e na maioria das vezes essas comunidades não possuíam qualquer título de propriedade. As pessoas lá estavam a vida toda, há dezenas de anos, sobrevivendo do próprio trabalho. Pois foi o avanço do latifúndio pelo interior brasileiro, da produção voltada para a exportação, com o apoio Estado brasileiro, que expulsou essas populações de suas terras. Utilizando mecanismos como a grilagem e a destinação de terras públicas para a iniciativa privada, o Estado e os grandes proprietários de terra fizeram com que milhões de famílias perdessem sua subsistência no campo e migrassem para as cidades em busca de trabalho.

Nas cidades, as formas de exploração estiveram diretamente relacionadas com a industrialização. No texto “Crítica à razão dualista”, escrito pelo sociólogo Francisco de Oliveira em 1972, há uma análise de como se deu a expansão industrial no Brasil. Os baixos salários e as péssimas condições de vida baratearam o custo da mão de obra para os empresários, em um novo processo de concentração de renda. A desigualdade social só aumentou e criou o chamado drama urbano, em que as classes populares são submetidas a uma superexploração,

**A CASA GRANDE E A SENZALA SINTETIZAVAM O MODO DE VIDA BRASILEIRO: NA CASA GRANDE, POUCOS PRIVILEGIADOS, COM MUITO ESPAÇO PARA VIVER E BENEFICIADOS PELA EXPLORAÇÃO DA MAIORIA DO POVO. NA SENZALA, MUITA GENTE, COM POUCO ESPAÇO PARA VIVER, E CONDENADA A TRABALHAR SEM RECEBER OS FRUTOS DE SEU TRABALHO.**



com informalidade no trabalho e falta de moradia, saúde, educação e transporte. Essa foi a forma dominante de produção do espaço urbano no período da Ditadura Militar.

## DITADURA MILITAR, URBANIZAÇÃO E O PROJETO DEMOCRÁTICO-POPULAR

Os militares no poder, a partir de 1964, adotaram um programa que vamos aqui denominar autoritário-desenvolvimentista, pois nele o desenvolvimentismo adotado por governos brasileiros desde os anos 1940 foi ressignificado. Historicamente, o desenvolvimentismo se refere aos dilemas postos ao crescimento econômico latino-americano e adota como principais eixos de seu programa de ação a industrialização e a integração nacionais, que seriam efetivadas por meio de políticas de estímulo a diferentes setores da economia, ampliação da infraestrutura interna de comunicação e transportes, medidas protecionistas ao mercado interno e estímulo à exportação.

No governo João Goulart (1961-64), houve uma busca por avançar o programa desenvolvimentista em uma linha que garantisse maior soberania nacional frente aos interesses do imperialismo. A proposta de “reformas de base” buscava enfrentar alguns dos entraves ao desenvolvimento capitalista no Brasil, como a alta concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Contra isso se voltaram as classes dominantes que, pelo Golpe Militar, implementaram um programa que manteve uma política econômica voltada à industrialização e integração nacionais características do desenvolvimentismo, porém combinadas com a superexploração do trabalho, a redução de direitos e maior subordinação do Brasil aos interesses do centro do capitalismo, sobretudo dos EUA. Segue-se ao Golpe o aumento da matriz industrial brasileira por endividamento externo, responsável pela crise econômica prolongada do fim da década de 1970 aos anos 1980.

Pela supressão de direitos dos trabalhadores, houve grande aumento da desigualdade social no período. A formação de favelas nos grandes centros urbanos remonta, justamente, a esse contexto. Nas décadas de 1960-80, o modelo de exploração da terra no Brasil manteve a grande propriedade fundiária tradicional como forma estruturante, associada à propriedade capitalista industrial-financeira nas cidades para onde migraram as populações expulsas do campo pela supressão de suas condições básicas de vida. Esses fatores, somados à política de habitação e desenvolvimento urbano, explicam a formação e a crescente ampliação da população moradora de favelas e periferias desassistidas de infraestrutura e distantes dos centros urbanos.

A política urbana dos militares foi direcionada ao estímulo econômico do setor imobiliário, composto por construtoras, indústria de materiais e mercado de terras, com produção de moradia voltada, sobretudo, para as faixas de renda mais altas. O programa habitacional criado previa atendimento para três faixas: popular

(zero a três salários mínimos); econômico (três a seis salários); e médio (seis a dez salários). No entanto, o financiamento foi direcionado para as famílias com rendimentos maiores.

Para garantir provisão habitacional, adotou-se como prática a contratação de empresas privadas mediante licitação, e foi criado um sistema de financiamento: Banco Nacional de Habitação (BNH), Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e Sistema Financeiro de Habitação (SFH), composto por novas fontes, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Houve a consolidação das empresas de capital nacional, com estrutura de administração familiar, uso intensivo de mão de obra, com baixos salários e sem direitos trabalhistas. Isso recriou o problema habitacional, por combinar expansão do mercado privado de habitação para rendas média e alta com superexploração do trabalho das classes populares, uma vítima dupla desse processo: à precarização no trabalho somava-se a geração de valor diferencial da terra, o que elevou o custo de vida (aluguéis e preços de imóveis) e a precarização das moradias.

Para analisar esse contexto, é fundamental o conceito de *espoliação urbana*, de Lucio Kowarick, que sintetiza a “somatória de extorsões” operadas “pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores”. O processo de formação urbana é mais uma manifestação dessa “situação espoliativa” a que estão submetidas as classes trabalhadoras, obrigadas a enfrentar longas horas nos transportes coletivos, precariedade de condições de moradia e ausência de serviços públicos de saúde e educação.

Diante do projeto hegemônico do período Militar e sua forma autoritária de implementação, foi conformada ao longo dos anos uma resposta das classes trabalhadoras, por um longo período de trabalho de base, organização de movimentos sociais e criação de um instrumento partidário, o Partido dos Trabalhadores, para a disputa pelo poder de Estado. As diferentes formas organizativas estavam articuladas em torno do que se denominou projeto democrático-popular, que surgiu em experiências fundadas na dinâmica de luta e resistência das classes populares às condições políticas, econômicas e sociais impostas pela Ditadura.



**É FUNDAMENTAL  
O CONCEITO DE  
ESPOLIAÇÃO URBANA,  
DE LUCIO KOWARICK,  
QUE SINTETIZA A  
“SOMATÓRIA DE  
EXTORSÕES” OPERADAS  
“PELA INEXISTÊNCIA  
OU PRECARIEDADE  
DE SERVIÇOS DE  
CONSUMO COLETIVO,  
QUE JUNTAMENTE  
AO ACESSO À TERRA  
E À MORADIA  
APRESENTAM-SE  
COMO SOCIALMENTE  
NECESSÁRIOS PARA  
A REPRODUÇÃO DOS  
TRABALHADORES.**



A emergência de diferentes formas organizativas desde a sociedade civil, pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base e pastorais sociais da Igreja Católica, de entidades associativas e sindicais, a conformação de mecanismos locais de organização baseados em assembleias, conselhos populares e mutirões deram base material para a construção e consolidação do projeto democrático-popular.

Compõem esse projeto de luta pela democratização das relações políticas, sociais e econômicas no Brasil os conceitos de participação, sociedade civil e cidadania. As comissões de fábrica, clubes de mães e organizações de bairro compõem uma *sociedade civil* ativa e capaz de deslocar o fazer política do Estado para a sociedade. São espaços de constituição dos indivíduos enquanto sujeitos políticos, que lutam por *participar* da construção democrática. Houve uma expansão da noção liberal de cidadania, que passa a remeter não apenas à dimensão da igualdade formal expressa na lei, mas também àquilo que Evelina Dagnino chamou de “direito a ter direitos”, ou seja, ao espaço de luta popular como formulador de direitos e das políticas públicas destinadas a sua efetivação. É importante destacar ainda, como fundamento do “direito a ter direitos”, ser uma resposta política à cultura autoritária que, ao longo de todo processo de formação social brasileiro, permeou as relações políticas e sociais em todos os seus níveis, colocando a pobreza como signo de inferioridade e de impossibilidade de efetivação de direitos, aqui entendidos como dádivas ou favor.

Em síntese, o projeto democrático-popular tem como elemento definidor a “radicalização da democracia”, que supere os limites da democracia representativa pela construção de uma democracia participativa combinada com modelos de democracia direta, e dessa forma promova a inclusão das classes populares e dos grupos sociais “excluídos” nos processos deliberativos.

Paradoxalmente, o projeto democrático-popular foi contemporâneo ao avanço das forças neoliberais no Brasil e na América Latina. As forças em luta pela redemocratização, nos movimentos populares e sindicais, na campanha pelas Diretas Já, nos enfrentamentos na Assembleia Constituinte e, sobretudo, na campanha presidencial de Luís Inácio “Lula” da Silva, foram contrapostas pela vitória das forças neoliberais nas eleições presidenciais de 1989. O drama urbano, portanto, só iria se intensificar nas décadas seguintes, com o avanço do neoliberalismo e a criação de formas financeiras de especulação com a terra e os imóveis. Tal contexto será o tema do capítulo que segue.

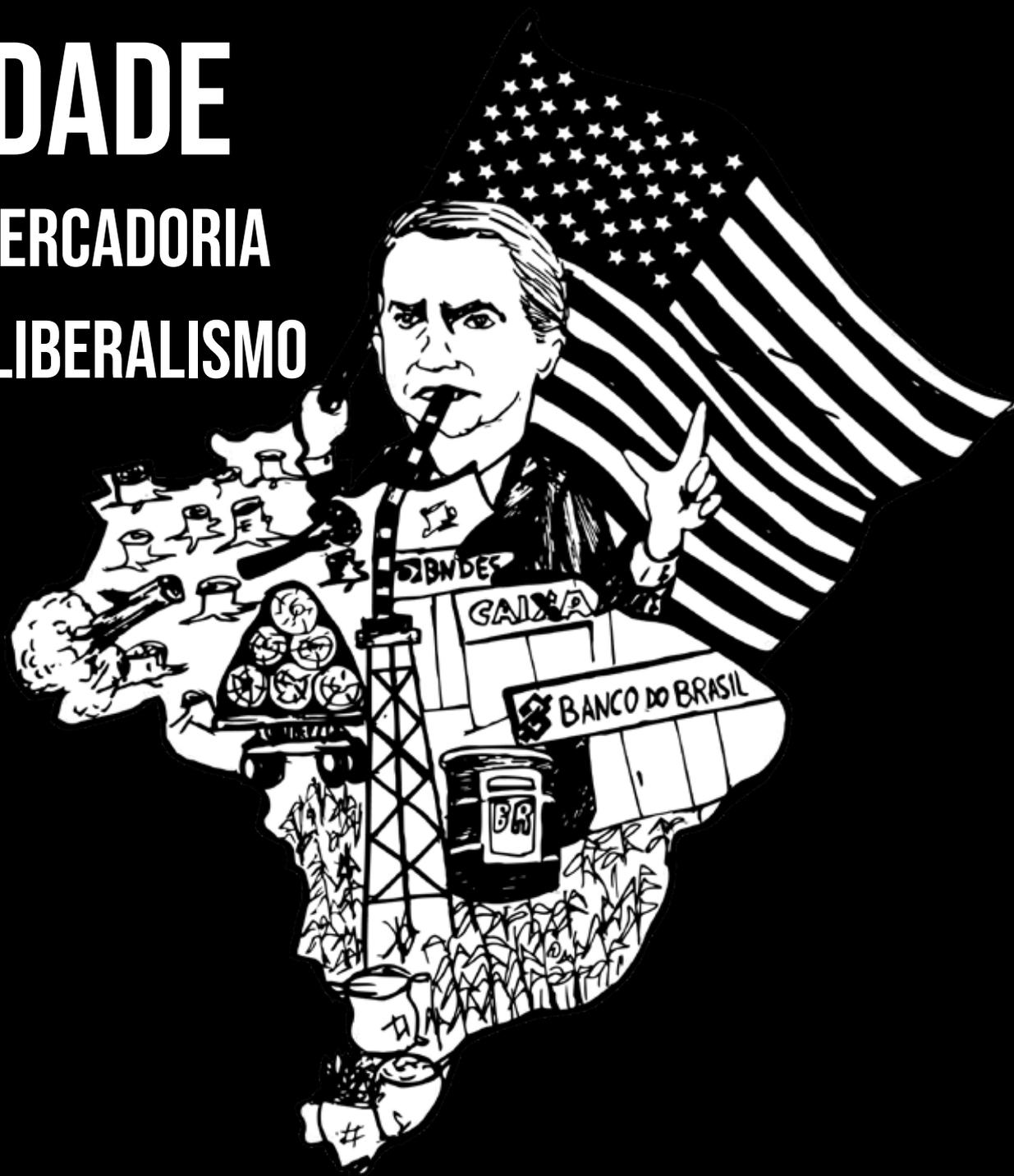


**EM SÍNTESE, O PROJETO  
DEMOCRÁTICO-  
POPULAR TEM COMO  
ELEMENTO DEFINIDOR  
A “RADICALIZAÇÃO DA  
DEMOCRACIA”, QUE SUPERE  
OS LIMITES DA DEMOCRACIA  
REPRESENTATIVA PELA  
CONSTRUÇÃO DE UMA  
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA  
COMBINADA COM MODELOS  
DE DEMOCRACIA DIRETA,  
E DESSA FORMA PROMOVA  
A INCLUSÃO DAS CLASSES  
POPULARES E DOS GRUPOS  
SOCIAIS “EXCLUÍDOS” NOS  
PROCESSOS DELIBERATIVOS.**



CAPÍTULO 5

# A CIDADE COMO MERCADORIA E O NEOLIBERALISMO





**O CAPÍTULO ANTERIOR SE ENCERROU COM UM PARADOXO HISTÓRICO: APÓS INTENSA LUTA POPULAR A PARTIR DO FINAL DOS ANOS 1970 E A CONQUISTA DE UMA NOVA REPÚBLICA, AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE LEVARAM À VITÓRIA FERNANDO COLLOR DE MELLO (PRN, QUE POSTERIORMENTE SE TORNOU PTC), COM A BURGUESIA UNIFICADA EM TORNO DE UM PROJETO NEOLIBERAL. EM 1989, PREVALECEAM AS PROPOSTAS DE QUE O CRESCIMENTO VIRIA DE “REFORMAS LIBERALIZANTES”, DA “DESESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA” E DA “CAÇA AOS MARAJÁS”, QUE PROPALAVA OS SUPOSTOS “PRIVILÉGIOS” DO FUNCIONALISMO PÚBLICO NO BRASIL.**

**A** forma de implementação e o conteúdo do projeto neoliberal variam em cada país, mas possuem como elementos comuns a privatização de setores estatais e a abertura comercial, por exemplo. O neoliberalismo é uma forma contemporânea de organização do capitalismo, com centro na redefinição do papel do Estado na economia e na política social. Há maior participação do Estado no que se refere à condução da financeirização da economia (controle da taxa de juros, da oferta de moeda no mercado, conversão da dívida externa em interna e consequente política de emissão de títulos da dívida e de controle de seu preço pela taxa de juros e de câmbio, dentre outros mecanismos), e retração no que se refere à regulamentação da relação capital-trabalho e oferta de serviços públicos para efetivação de direitos sociais e econômicos.

O neoliberalismo representa, como dizem os pesquisadores franceses Gérard Duménil e Dominique Lévy, uma ofensiva das burguesias sobre as classes trabalhadoras, tendo como força hegemônica o capital financeiro internacional, que avança também sobre os interesses de frações de classes das burguesias internas dos países de capitalismo dependente. Este elemento contrapõe, no caso brasileiro, o projeto neoliberal ante o projeto autoritário-desenvolvimentista que hegemonizou a política nacional nos anos de Ditadura Militar, na medida em que o neoliberalismo combateu as políticas de industrialização e as medidas prote-



**O NEOLIBERALISMO É UMA FORMA CONTEMPORÂNEA DE ORGANIZAÇÃO DO CAPITALISMO, COM CENTRO NA REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA E NA POLÍTICA SOCIAL**



cionistas do mercado interno adotadas pelos militares, ainda que estas não buscassem de fato a soberania nacional.

Na agenda neoliberal, foram colocadas como saídas para o problema da dívida externa e do processo inflacionário a securitização da dívida – com criação de títulos públicos –, internacionalização do mercado brasileiro de títulos de dívida pública, e liberalização do fluxo internacional de capitais. O Banco Central (BC) assume um papel ativo na definição da política econômica, revertendo sua posição anterior subordinada ao Ministério da Fazenda. Um exemplo, já do governo Itamar Franco, foi a abertura para que qualquer agente possa enviar livremente recursos ao exterior. Ao assumir a presidência, FHC acelera esse processo, com seu programa de privatizações, isenção de imposto de renda na distribuição e remessa de lucros, sobrevalorização da moeda e aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que os interesses dos credores da dívida pública se sobrepõem aos direitos constitucionais.

Além disso, durante os anos 1990, articulado pela implementação do “Consenso de Washington”, os setores empresariais avançam na administração pública, participando da gestão social por meio das empresas parceiras (as ditas “Organizações Sociais - OSs”), que se responsabilizam pela oferta de serviços no setor público. No cenário internacional, instituições como o Banco Mundial (BM) se consolidam como formuladoras de políticas na área social. No Brasil, tal avanço é impulsionado pela Reforma do Aparelho do Estado, executada de 1995 a 2002.

Tais mudanças transformaram não apenas o Estado, mas também a sociedade civil. Houve uma intensa ampliação da participação de organizações privadas na oferta de serviços públicos, com a adoção de um discurso empresarial para definir as ações da administração pública, com ênfase em termos como medição de “resultados” e “otimização de recursos”. As chamadas organizações “parceiras”, como as OSs, na gestão do espaço social promovem atividades garantidas por recursos públicos para prestação de serviços a um público-alvo.

Assim, noções como participação, cidadania e sociedade civil, que compuseram o projeto político democratizante do Estado e da sociedade, são apropriadas e redefinidas pelo projeto neoliberal, que se vale de um referencial comum para implementar políticas antagônicas àquelas a que os termos anteriormente se referiam. Tal processo histórico é o que a cientista política Evelina Dagnino chamou de “confluência perversa”: houve uma ressignificação de referências comuns, deslocadas de seu sentido originário, de modo a obscurecer o conflito presente entre dois projetos distintos de sociedade, o neoliberal e o democrático-popular. São dois projetos distintos que, a despeito de apontarem para direções antagônicas, se valem de um referencial comum na análise e definição das práticas sociais e políticas: a participação, a sociedade civil e a cidadania.

Vamos exemplificar como se deu esse processo. O discurso dominante e o Estado, por um lado, criminalizam os movimentos sociais que mantêm como estratégia central de luta a realização de protestos, ocupação de propriedades que não cumprem com sua função social e ações de rua, e por outro valorizam



as organizações que compõem o chamado “Terceiro Setor” e promovem ações filantrópicas. Ganham destaque iniciativas relacionadas à “Comunidade Solidária”, a emergência da atuação social das fundações empresariais e o novo papel das Organizações Não Governamentais (ONGs), um termo vago que se refere a um campo bastante heterogêneo de associações, mas que o senso comum passou a vincular a formatos mais próximos ao mercado.

Nesse processo, a noção ampla de sociedade civil teve seu sentido deslocado em direção de uma concepção restrita, que a reduz a um conjunto específico de organizações, as neoliberais. Também o conceito de participação passa a dar ênfase ao trabalho voluntário e à responsabilidade social das empresas. Nas palavras de Evelina, houve a “adoção de uma perspectiva privatista e individualista” da participação, de forma a “substituir e redefinir o significado coletivo” a que o termo remete no projeto democrático-popular. Promove-se, com isso, uma “despolitização da participação”, pois “seu significado político e potencial democratizante” foi substituído por formas individualizadas de tratar as questões. O avanço neoliberal levou a uma dupla restrição do participar: é ação restrita às organizações consideradas “legítimas” pelo mercado à execução de políticas previamente estabelecidas, excluindo-se delas o poder decisório.

Assim, o neoliberalismo coloca o primado do mercado como eixo reorganizador não apenas da economia e do Estado, mas das relações sociais como um todo, com a transferência de sua lógica própria para a redefinição do papel da sociedade civil. As cidades, enquanto campo de disputa, foram igualmente impactadas por essa nova hegemonia no capitalismo e pela construção de novos padrões de acumulação do capital. Vamos olhar um pouco mais de perto essa dinâmica no tópico a seguir.

## NEOLIBERALISMO E QUESTÃO URBANA

**O** neoliberalismo impacta todos os aspectos de nossas vidas e afeta diretamente as formas de organização e disputa pelo espaço urbano. A obra do geógrafo Milton Santos mostra como a lógica da “produtividade espacial” traz formas de ações específicas às forças em luta nos territórios, que passam a ser diferenciados de acordo com sua capacidade de oferecer rendimentos privados. No livro *A Natureza do Espaço*, ele afirma que a “rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral).



**O AVANÇO NEOLIBERAL  
LEVOU A UMA  
DUPLA RESTRIÇÃO  
DO PARTICIPAR:  
É AÇÃO RESTRITA  
ÀS ORGANIZAÇÕES  
CONSIDERADAS  
“LEGÍTIMAS” PELO  
MERCADO À  
EXECUÇÃO DE  
POLÍTICAS  
PREVIAMENTE  
ESTABELECIDAS,  
EXCLUINDO-SE DELAS O  
PODER DECISÓRIO.**



Como a produtividade não é algo duradouro - varia de acordo com tais condições – há uma verdadeira “guerra dos lugares”, que se especializam em resposta às exigências de segurança e rentabilidade do capital. “Na medida em que as possibilidades dos lugares são hoje mais facilmente conhecidas à escala do mundo, sua escolha para o exercício dessa ou daquela atividade torna-se mais precisa. Disso, aliás, depende o sucesso dos empresários. É desse modo que os lugares se tornam competitivos. O dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também, à geografia”.

Lembremos que a hegemonia neoliberal tem dimensões econômicas, políticas, sociais e ideológicas. O programa de privatização, controle de déficit público, austeridade financeira, maior abertura para o capital estrangeiro e reestruturação produtiva promove um deslocamento na própria concepção do que são Estado e sociedade, o que trouxe implicações no desenvolvimento urbano.

Com a falência da política construída pelos militares em associação com o empresariado do setor e o colapso da estrutura de financiamento da produção imobiliária na crise da dívida externa dos anos 1980, ocorre também nessa área um processo de financeirização e institucionalização de novas formas espoliativas no meio urbano. São exemplos as resoluções do Banco Central que congelaram o endividamento público, levando a cortes em torno de 90% da verba destinada à produção habitacional.

Os governos Itamar (PRN/PMDB: 1992-94) e FHC (PSDB: 1995-2002) adotam medidas preconizadas por organismos financeiros internacionais, sobretudo o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que estabelecem novas modalidades para orientar a política urbana, tais como as agências privadas de intermediação financeira e a emissão de títulos na bolsa. Com a ausência de políticas estatais e o esvaziamento das empresas públicas, o autofinanciamento da produção se apresentou como solução para as camadas de renda média e alta. Já as classes populares foram completamente excluídas da política habitacional, o que levou a um enorme crescimento de favelas e ocupações: a população de favelas passou de 5 milhões no Censo de 1991 para 7,2 milhões no Censo de 2000.

A economista Mariana Fix, da Unicamp, explica que a aproximação do setor com o mercado de capitais ganhou impulso pelo Sistema de Financiamento Imobiliário e pelos Fundos de Investimento Imobiliário (FII), criados em 1993. Uma das novidades foi a possibilidade de “reunir recursos para investimentos, sem fragmentar a propriedade do imóvel”. Isso será vantajoso para estímulo da construção de grandes torres comerciais e shoppings centers, pois permite que cada um dos investidores “se torne proprietário de certo número de cotas”. Com a desvinculação entre uso e propriedade, o empreendimento pode ser utilizado como “um ativo financeiro com maior liquidez”, de modo que uma das consequências das políticas neoliberais foi a intensificação da articulação entre promotores imobiliários e investidores do mercado financeiro.



## OS ANOS 2000: LULISMO E POLÍTICA URBANA

**P**ara falar sobre os anos 2000, os analistas e professores, em espaços de formação ou nos meios de comunicação, em geral mobilizam um novo conceito, o de “lulismo”, e tratam dos dilemas históricos para a superação do neoliberalismo e concretização das reformas nacionais, democráticas e populares no Brasil. Neste tópico, vamos apresentar brevemente esses conceitos, assim como os de “coalizão política”, “aliança de classes”, “deslocamento político” e Golpe jurídico-parlamentar.

O avanço neoliberal sofreu forte oposição das classes trabalhadoras ao longo dos anos 1990. Apesar da queda no poder de mobilização e pressão do movimento sindical, houve o fortalecimento de movimentos populares urbanos, com o crescimento no número de ocupações de propriedades que não cumpriam com sua função social, em espaços como os centros das cidades. Somado a isso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra promoveu a luta contra o latifúndio e por reforma agrária, com grande crescimento de sua mobilização. Também o PT se consolidou como representante das forças democrático-populares, articuladas em torno de um programa anti-neoliberal.

No entanto, a vitória de Lula não representou simplesmente a chegada das classes trabalhadoras ao poder executivo. Somou-se à grande insatisfação popular com os resultados concretos do neoliberalismo - baixo crescimento econômico, aumento do desemprego e do custo de vida – um “deslocamento político” de parte da burguesia, que viu na candidatura de Lula uma possibilidade de retomada de um projeto desenvolvimentista. Por deslocamento se entende uma mudança de posição: quebrou-se a unidade da burguesia em torno do neoliberalismo, e parte dela se alinhou com o projeto representado por Lula.

Assim, a conformação dessa “aliança de classes” e a vitória eleitoral de Lula em 2002 daria início ao período do *lulismo*, uma expressão cunhada pelo cientista político André Singer, da USP. O lulismo é por ele definido como um “modelo de arbitragem entre as classes fundamentais”, que promoveu um “ciclo reformista” de redução da pobreza e da desigualdade, sem rompimento com alguns dos pressupostos neoliberais.

O conceito de “arbitragem” se refere a períodos em que a “autoridade do presidente”, a liderança principal de um “governo de coalizão”, paira sobre as classes sociais fundamentais e administra seus conflitos, com a



**ASSIM, A  
CONFORMAÇÃO  
DESSA “ALIANÇA  
DE CLASSES” E A  
VITÓRIA ELEITORAL  
DE LULA EM 2002  
DARIA INÍCIO  
AO PERÍODO DO  
LULISMO, UMA  
EXPRESSÃO  
CUNHADA PELO  
CIENTISTA POLÍTICO  
ANDRÉ SINGER, DA  
USP.**



procura de beneficiar os dois lados. Isso “desmobiliza as classes” e evita a “radicalização” da luta política, de modo que a luta de classes antes aberta passa por um período de invisibilidade, embora continue a existir.

Medidas como o Bolsa Família, o aumento do salário mínimo, a expansão de crédito popular, a geração de emprego e o aumento da formalização do trabalho, dentre outras, além de promoverem as maiores taxas de crescimento econômico desde a redemocratização, garantiram amplo apoio popular a Lula. Mas a busca pela manutenção da estabilidade financeira atrelada à expansão do mercado interno colocou Lula à frente de um projeto contraditório. Durante seus governos, explica Singer, houve uma constante busca por “equilibrar as classes fundamentais – proletariado e capitalistas”, pois seu sucesso dependia de que nenhuma delas tivesse força suficiente para impor os seus próprios interesses. Estes eram, por um lado, o “reformismo forte” das classes trabalhadoras, que lutam por um aumento rápido da igualdade social e da distribuição da renda e, por outro, “o neoliberalismo” das classes dominantes, “que tende a aumentar a desigualdade, impondo perdas aos trabalhadores”. A arbitragem do lulismo garantiu um equilíbrio entre tais interesses distintos, pendendo ora para um lado, ora para outro.

Além disso, houve uma ampliação da participação popular na definição e execução das políticas públicas, mas combinada com um avanço ideológico do neoliberalismo, que inclusive desmobiliza a população para lutar por seus direitos. O lulismo, portanto, remonta a contradições, diretamente relacionadas com a fase atual do capitalismo: seus governos garantiram reformas e conquistas possíveis sem rompimento com um modelo neoliberal hegemônico no Brasil e no mundo.

Isso pode ser exemplificado pela política urbana. O governo adotou um conjunto de medidas que deu base para uma expansão sem precedentes do setor, em consonância com os interesses tanto de empresários, quanto de movimentos populares. Em 2004, para estimular a oferta de crédito imobiliário, foi regulamentada a “Alienação Fiduciária”, que mantém a posse do imóvel com o credor até que a dívida seja quitada, garantindo maior segurança jurídica ao financiamento. A Resolução do Banco Central nº 3.259 obrigou os bancos a aplicar porcentagem da Poupança e do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) em empréstimos imobiliários, ampliando o crédito de R\$ 2 bilhões, em 2002, para cerca de R\$ 18 bilhões em 2007. Em 2005, a Resolução 460 do Conselho Gestor do FGTS ampliou os subsídios oferecidos pelo governo federal, o que praticamente dobrou o orçamento na habitação. E nesse mesmo ano foi aprovado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), resultado de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular apresentado pela União Nacional por Moradia Popular em 1991, sendo sancionado apenas com Lula na presidência. Somou-se a isso a conquista da Lei 11.578/2007, que instituiu a possibilidade de repasse financeiro aos movimentos para produção habitacional, um marco fundamental para a existência de programas habitacionais com participação popular em sua gestão (ver mais em Mariana Fix, 2011).

Em 2009, foi criado o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), com o objetivo de garantir moradias para a demanda de baixa renda. Só no primeiro ano foram oferecidos R\$ 34 bilhões em subsídios, com



complemento do Orçamento da União, uma novidade histórica em termos de financiamento da habitação. O programa se divide em MCMV Construtoras, com cerca de 97% dos recursos destinados para produção direta por construtoras, e MCMV Entidades, com cerca de 3% das receitas destinadas a entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais. A modalidade Entidades atendeu às reivindicações dos movimentos de moradia, em luta desde os anos 1980 pela efetivação do direito por um modelo autogestionário.

Tal conjuntura levou a uma situação paradoxal. No momento histórico em que o governo federal retomou os investimentos na política urbana, uma reivindicação histórica das classes populares, e garantiu a maior produção habitacional da história para efetivação do direito à moradia às faixas mais baixas de renda da população, houve também um processo intenso de especulação financeira que beneficiou a burguesia. Os subsídios aportados pelo MCMV, contraditoriamente, contribuíram com uma elevação exponencial nos preços da terra, imóveis e aluguéis, também estimulada pelo desenvolvimento de novas estratégias financeiras das empresas do setor, com abertura de capital, venda de títulos na bolsa e criação de fundos imobiliários. O professor e urbanista João Whitaker explica, no entanto, que não se pode fazer uma crítica simplista ao programa, pois além de ter atendido a demanda habitacional das faixas mais baixas de renda, questões como o “espraiamento urbano” e a falta de regulação são responsabilidades das prefeituras, dos planos diretores e das leis de uso do solo, sendo do poder local a capacidade de evitar a exclusão pela construção em zonas periféricas.

O lulismo, portanto, se tornou um conceito central para a análise da cena política brasileira dos anos 2000. Nele estão presentes a importância de Lula, sua forma de conduzir a política, os significados concretos expressos na melhoria das condições de vida da população brasileira, mas também os elementos conciliatórios que permitiram o fortalecimento ideológico do neoliberalismo.

Para analisar os governos Dilma, novamente o conceito de “deslocamento político” ganha importância. Aqueles setores da burguesia que anteriormente se posicionaram em defesa de uma política desenvolvimentista passam a se reposicionar em direção do neoliberalismo. Com a crise econômica e financeira, formou-se aquilo que Singer denominou “unidade burguesa antidesenvolvimentista”, com a defesa de um programa anti-popular, anti-democrático e pró-mercado financeiro. A mudança de posição esteve relacionada a questões como a acentuação do impacto da crise econômica mundial no cenário interno brasileiro, o avanço da intervenção estatal como resposta governamental à crise, a financeirização da economia e do setor produtivo, a redução das taxas de lucro, a queda no investimento direto, as pressões sobre o mercado de trabalho e a intensificação das lutas político-sociais e da atividade sindical.

Com o golpe, estamos agora diante de um novo avanço do neoliberalismo, atrelado à escalada do autoritarismo e dissolução da democracia brasileira. Vamos aprofundar mais esse tema no capítulo que segue e debater os conceitos que nos permitem refletir sobre que cidade e que país queremos para o presente e o futuro.

CAPÍTULO 6

# DIREITO À CIDADE E LUTA POR HEGEMONIA





COMO VIMOS ATÉ AQUI, O NEOLIBERALISMO DEFENDE UMA POLÍTICA URBANA PRIVATISTA, QUE CORRELACIONA PRODUÇÃO HABITACIONAL COM OS INTERESSES E A EXPANSÃO DO MERCADO FINANCEIRO, E BUSCA CONSOLIDAR AS CONCEPÇÕES DE MORADIA E CIDADE COMO MERCADORIAS. ESSA NADA MAIS É DO QUE UMA NOVA EXPRESSÃO DO TEMA TRATADO NO INÍCIO DESTA LIVRO: A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL, QUE EXTRAPOLOU O ESPAÇO PRODUTIVO E ESTÁ PRESENTE NAS CIDADES, EM NOSSO COTIDIANO E BUSCA INCIDIR SOBRE TODAS AS DIMENSÕES DE NOSSAS VIDAS.

**E**m contraposição ao neoliberalismo, ressalta-se a luta, das classes trabalhadoras em torno de um projeto alternativo, o democrático-popular, em defesa do direito à posse da terra, da função social da propriedade, da regularização fundiária, da Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) e da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia. Esses são alguns dos elementos que perfazem o conceito “direito à cidade”, com uma referência a outros aspectos da vida urbana, como saneamento, transporte, lazer, cultura e a utilização democrática do espaço público. O “direito à cidade” tem relação com a ideia mencionada anteriormente de “direito a ter direitos”: é um conceito totalizante, que contém em si as diferentes dimensões do que é conceber a cidade como um direito, e não uma mercadoria. Contém em si o direito de decidir os rumos da cidade, lutando contra a exclusão territorial e a apropriação do espaço urbano pelo interesse privado.

Por isso, há uma relação direta entre sua efetivação e a questão democrática. O direito à cidade pressupõe a democratização das relações sociais, econômicas e políticas,



**RESSALTA-SE A LUTA DAS CLASSES TRABALHADORAS EM TORNO DE UM PROJETO ALTERNATIVO, O DEMOCRÁTICO-POPULAR, EM DEFESA DO DIREITO À POSSE DA TERRA, DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE, DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DA CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO (CDRU) E DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA.**



que devem ser mediadas pela categoria dos direitos, não por mecanismos de mercado ou pelo autoritarismo de diferentes formas estatais e sociais.

Antes de avançarmos nesse tema, portanto, é preciso tratar um pouco mais do momento histórico atual, de prolongada crise econômica, social e política, que ameaça a débil democracia liberal brasileira e pode aprofundar a mercantilização do espaço urbano.

## NEOFASCISMO E A LUTA URBANA

Desde a eclosão da crise financeira global em 2008, diferentes países do mundo, do centro e da periferia do capitalismo, passam por variados processos de crises econômicas e políticas, com progressiva perda de legitimidade social da democracia representativa neoliberal. Paradoxalmente, o profundo descontentamento popular com os resultados da hegemonia neoliberal das últimas décadas tem se desdobrado no realinhamento político das classes dominantes com amplos setores em torno de um neoliberalismo de novo tipo, que combina ortodoxia na condução macroeconômica com autoritarismo político-social.

Nesta segunda década do século XXI, tal contexto é vivenciado pelo Brasil em uma crise política, econômica e social de larga escala. As novas relações de hegemonia expressam uma mudança de forma e conteúdo na imposição de interesses pelas classes burguesas: os instrumentos e espaços da democracia representativa conformados na Constituição de 1988 são sobrepostos por formas autoritárias de condução da política macroeconômica, que por sua vez assume um conteúdo neoliberal ortodoxo de acentuada redução de direitos das classes trabalhadoras e amplo favorecimento dos interesses financeiros.

Esse processo se iniciou com a formação da unidade burguesa antidesenvolvimentista anteriormente mencionada. Para se contrapor ao governo Dilma, as classes dominantes brasileiras mobilizaram um conjunto de instrumentos econômicos, políticos, jurídicos e ideológicos. A atuação política do sistema de justiça para perseguir lideranças petistas, sobretudo a maior delas, Lula, que desembocou em sua prisão sem provas, foi combinada com a atuação dos meios de comunicação que buscaram dar legitimidade a um Estado de Exceção - ou seja, um Estado que prescinde do regramento jurídico que o conforma para restaurar a ordem burguesa. A essa articulação se somou a atuação de uma maioria parlamentar para, sem a prerrogativa constitucional do crime de responsabilidade, dar o golpe na Presidenta. Por isso, afirma-se que a derrubada de Dilma foi um golpe jurídico-parlamentar, pois a combinação desses instrumentos de luta política das classes dominantes foi a forma de garantir sua concretização.

O período que se inicia após a queda de Dilma representa a ruptura definitiva das classes dominantes



com o pacto social estabelecido na Constituição de 1988, com a decorrente acentuação das formas coercitivas do exercício do poder na implementação de um neoliberalismo de ortodoxia extrema. A fase atual do sistema de acumulação pode ser definida como um “novo neoliberalismo”, conforme explica o sociólogo francês Christian Laval, pela relação que estabelece entre os avanços da austeridade financeira com o autoritarismo político-social.

Adotando-se a conceituação anteriormente apresentada, trata-se de um governo neofascista, com sustentação social em um movimento neofascista, que busca desestabilizar a democracia em todos os seus níveis: desde as relações interpessoais até a organização técnico-administrativa do Estado.

O neoliberalismo encontra nesse contexto um terreno fértil para avançar: está presente na privatização da segurança pessoal pela liberalização do comércio de armas; na completa privatização da relação capital-trabalho, pela dissolução dos direitos trabalhistas; na privatização do espaço físico-ambiental, pela derrubada de sistemas de proteção do meio ambiente; e na privatização dos lugares, por uma concepção mercadológica da cidade como um todo: a moradia, a rua, a escola, o posto de saúde, o transporte, a água e, a depender da força que acumular, talvez até do ar que respiramos (não é exagero, pois essa proposta absurda já foi feita em um outro contexto de hegemonia neoliberal, na Bolívia, nos anos 1990).

Para se contrapor a isso, é fundamental a reorganização e a luta das classes trabalhadoras em torno de um projeto alternativo de vida, de sociedade e de Estado. A isso se refere o conceito de direito à cidade: que nossos territórios, os espaços que ocupamos e a integração político-social que compomos sejam fundamentados em termos de direitos, não os mercadológicos hoje prevalentes.

## A CIDADE COMO UM DIREITO

**A** pesar de estar em posição desigual e dependente, as classes populares travaram ao longo das últimas décadas disputas na sociedade e no Estado em torno de uma concepção democrática do espaço urbano. As experiências de habitação social mais avançadas do Estado de Bem Estar Social e dos países socialistas nos anos 1960-70 são exemplos a serem recuperados, pois estabelecem a relação entre o reconhecimento do direito à posse e o controle público estatal da produção de habitação e do valor da terra. Do mesmo modo, os mutirões autogestionários como forma de combinar a efetivação da moradia com a participação social, o transporte público estatal sob controle social, e a educação e a saúde públicas com conselhos participativos efetivos em sua gestão compõem experiências que correlacionam os conceitos aqui apresentados de participação, cidadania e sociedade civil com uma cidade verdadeiramente democrática.

Tais experiências, que estão no horizonte do projeto democrático-popular, respondem aos desafios colocados ao sentimento difuso de insatisfação social quanto à questão urbana e às respostas neoliberais a ela. Em um período prolongado de crise política, econômica e social, reivindicar seu projeto histórico pode se colocar como caminho para as classes trabalhadoras avançarem na luta por hegemonia.

Nesse contexto se coloca a defesa da autogestão e da propriedade coletiva. A proposta de autogestão na produção habitacional faz parte da luta do movimento de moradia desde os anos 1980. As primeiras experiências de produção autogestionária surgem da efervescência das lutas sociais, momento de mobilizações e ocupações de terras urbanas, quando as comunidades passam a construir alternativas coletivas para a questão da moradia. Os movimentos de moradia deixam de atuar somente como um movimento reivindicativo que denuncia a desigualdade, e passam agir de forma propositiva, interferindo na construção da política urbana. Com base nas experiências vivenciadas, inserem a proposta dos mutirões autogestionários com a elaboração de iniciativas populares de lei e a criação de instâncias institucionais de participação. Por isso, desde o início de sua trajetória, a União Nacional por Moradia Popular defende a autogestão como uma proposta política e de gestão de políticas públicas.

Trata-se de um modelo organizativo coletivo que possui direção política e está apoiado nos conceitos da participação, da ajuda mútua, do saber popular, solidariedade, justiça social e utopia como condutores da ação. A defesa da autogestão e do mutirão não se dá apenas como uma proposta no campo da política habitacional, mas como forma de efetivação do direito à cidade e de concretização de um projeto democrático-popular para o Brasil.

Para avançar na conquista de programas habitacionais autogestionários e a organização da vida comunitária na concretização do direito à moradia adequada, há propostas como a criação de uma Lei Nacional da Autogestão, que consolide o conceito de autogestão como princípio da produção da moradia popular, estabeleça diretrizes para políticas de terra e combata a especulação imobiliária, garantindo fontes de recursos permanentes para todo processo que envolve a autogestão, como a produção, a formação, o financiamento de projetos e o regime de propriedade.

A definição de autogestão na produção habitacional refere-se a ações em que a produção de moradias, ou a urbanização de uma área, ocorra com o controle dos recursos públicos e da obra pelos participantes dos movimentos populares, de associações e de cooperativas. Assim, a autogestão é reconhecida porque: i) mobiliza



**OS MOVIMENTOS DE MORADIA DEIXAM DE ATUAR SOMENTE COMO UM MOVIMENTO REIVINDICATIVO QUE DENUNCIA A DESIGUALDADE, E PASSAM AGIR DE FORMA PROPOSITIVA, INTERFERINDO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA URBANA.**



as classes trabalhadoras, que passam a compreender que direito se conquista; ii) combate o clientelismo e a corrupção no atendimento das demandas; iii) coloca capacidades econômicas e de gestão na mão das comunidades; iv) questiona a transferência de riqueza pelo Estado para a mão dos privados; v) e questiona a noção de moradia como mercadoria e fonte de lucro para o capital, ao produzir sem lucro.

A proposta autogestionária questiona a produção privada de habitação social financiada com recursos públicos, contrapondo-se ao modelo convencional do mercado. Além disso, promove e desenvolve a capacidade econômica, social e política dos setores populares. A ação coletiva tem sido uma ferramenta política e de mobilização muito importante. Assim, o conceito propõe que no espaço de partilha das tarefas e responsabilidades, nas tomadas de decisões coletivas, o sentimento de pertença é construído, possibilitando que a comunidade participe de forma ativa com envolvimento de todos e todas na construção de um grande processo organizativo e de mobilização. É a participação popular em todas as etapas relacionadas à conquista da moradia: a definição do terreno, o projeto, a escolha da equipe técnica ou as formas de construção, além do controle dos recursos públicos e da obra pela própria comunidade.

Isso pode se estender ao conceito de direito à cidade com um todo, sobretudo se a autogestão estiver relacionada com o regime de propriedade coletiva para as moradias e para os equipamentos comunitários produzidos. A contraposição à ideologia neoliberal para as cidades se dá por uma defesa que vá além da propriedade individual, em formas jurídicas e políticas que protejam as famílias e inviabilizem a apropriação da moradia pelo mercado imobiliário, assim como de todos os espaços voltados à efetivação de direitos.

**A PROPOSTA  
AUTOGESTIONÁRIA  
QUESTIONA A  
PRODUÇÃO PRIVADA  
DE HABITAÇÃO  
SOCIAL FINANCIADA  
COM RECURSOS  
PÚBLICOS,  
CONTRAPONDO-  
SE AO MODELO  
CONVENCIONAL  
DO MERCADO.**



# LUTA POR HEGEMONIA E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

As contradições do atual momento brasileiro expõem uma hegemonia neoliberal e as dificuldades das classes trabalhadoras construir, na acepção gramsciana, uma “unidade intelectual e moral” na luta por hegemonia. Em um processo contraditório e permeado por disputas, variam os graus “de homogeneidade, de autoconsciência e de organização” que serão alcançados pelos vários grupos sociais, e isso perpassa a atuação dos movimentos populares. A confluência entre projetos políticos distintos de sociedade que se valem de um discurso comum leva a tensões que perpassam, para além das relações sociais como um todo, o próprio processo de (re)elaboração do projeto político democrático-popular.

Há uma permanente tensão entre as condições históricas advindas da hegemonia neoliberal no Estado e na sociedade e a luta pela afirmação de um projeto próprio, de transformação social, pelas classes trabalhadoras. O desafio que se coloca vai muito além das dimensões de classe aqui trabalhadas, está também diretamente relacionado com a superação de uma cultura autoritária e individualista, assim como das estruturas patriarcais e racistas da sociedade e do Estado brasileiros. Apesar do enfoque aqui dado à estrutura de classes no Brasil, é preciso compreender que os séculos de escravismo nos relegaram um racismo estrutural que submete a população negra a uma permanente violência econômica, política e cultural, assim como a organização patriarcal do poder manteve uma estrutura de dominação e opressão do homem sobre a mulher.

Gramsci nos ensina que é “a força permanentemente organizada, e há muito tempo preparada”, que avança quando está em situação favorável. Tal força é, na conjuntura analisada, a antagonica, mobilizada em torno do novo neoliberalismo e do neofascismo. Na perspectiva de Gramsci, a luta por hegemonia tem como dois pontos fundamentais um programa de reforma econômica e a reforma intelectual e moral, que significa “criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva”. As forças políticas, ao se desenvolverem, subvertem “o sistema de relações intelectuais e morais”, em um processo de transformação das relações de hegemonia constituídas e que definem as relações políticas de determinado período histórico. Ressalta-se que, nas relações de hegemonia, há variações no “grau” e na “intensidade” da “função hegemônica do grupo social dirigente”, bem como na combinação da força e do consenso. Por isso o “político em ato” é um “suscitador” de novas relações de força que, por estarem em

“  
“  
NA PERSPECTIVA DE  
GRAMSCI, A LUTA  
POR HEGEMONIA TEM  
COMO DOIS PONTOS  
FUNDAMENTAIS  
UM PROGRAMA DE  
REFORMA ECONÔMICA  
E A REFORMA  
INTELECTUAL E  
MORAL, QUE SIGNIFICA  
“CRIAR O TERRENO  
PARA UM NOVO  
DESENVOLVIMENTO DA  
VONTADE COLETIVA.



contínuo movimento e equilíbrio, produzem novas relações de hegemonia. Para isso, apostamos na construção das articulações em nosso campo, como a CMP e a FBP, instrumentos voltados à produção de uma nova hegemonia.

No caso brasileiro, cabe recorrer à diferenciação proposta por Florestan Fernandes entre: i) a transformação revolucionária que se equaciona “dentro da ordem, como um processo de alargamento e aperfeiçoamento da sociedade burguesa pela ação coletiva do proletariado”; e ii) a transformação revolucionária que se equaciona “contra a ordem”, envolvendo primeiro a conquista do poder e, mais tarde, a desagregação da antiga sociedade. Fernandes se debruça sobre as possibilidades de concretização de um projeto de transformação nacional – de superação da condição de dependência em relação aos países do centro do capitalismo –, democrática – de democratização das relações políticas em todos os seus níveis – e popular – de concretização das reformas econômicas e sociais estruturais, para afirmar que tal concretização só será equacionada historicamente no Brasil por uma transformação “contra a ordem”.

No entanto, estejam os movimentos popular e sindical envolvidos em uma estratégia de disputa de poder “dentro da ordem” ou “contra a ordem”, é preciso enfatizar que a luta política em torno de um projeto que estabeleça como objetivos estratégicos tais transformações nacionais, democráticas e populares é uma luta que produz – ou visa produzir – novas relações de hegemonia. A luta por hegemonia é um processo permanente, e a situação desfavorável das classes trabalhadoras não representa vitória permanente da força dominante. A situação de dominação que combina força e consenso pode ser prolongada, e conter em si práticas autoritárias que dificultem o “ardor combativo” de quem busca a ela se contrapor. Ainda assim, possuímos experiências concretas e históricas de luta que permitem afirmar a viabilidade de um projeto democratizante do Estado e da sociedade.

Em torno dele seguimos mobilizados, conscientes de nossa posição e da necessidade de se construir um mundo em que, como dizem Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista: o livre desenvolvimento de todos tenha como condição o livre desenvolvimento de cada um.

“Que tremam as classes dominantes em face de uma revolução comunista. Nela os proletários nada têm a perder senão as suas cadeias. Eles têm um mundo a ganhar”.



**QUE TREMAM  
AS CLASSES  
DOMINANTES  
EM FACE DE UMA  
REVOLUÇÃO  
COMUNISTA.  
NELA OS  
PROLETÁRIOS  
NADA TÊM A  
PERDER SENÃO  
AS SUAS CADEIAS.  
ELES TÊM UM  
MUNDO A GANHAR.**



# REFERÊNCIAS

**Manifesto do Partido Comunista.** Nossa consulta foi realizada no portal Scielo, em um dossiê sobre o Manifesto, da Revista Estudos Avançados. Além do manifesto, estão aqui presentes conceitos apresentados nos livros de Marx: “**Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política** e “**O Capital**”. A edição utilizada foi a da Civilização Brasileira, de 2008.

Além das obras de Marx e Engels, cabe destaque para os textos **Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**, do revolucionário Valdimir I. Lenin e **Cadernos do Cárcere**, do marxista italiano Antonio Gramsci. A edição consultada dos Cadernos foi a da editora Civilização Brasileira, de 2012.

Também utilizamos muitos conceitos do marxista grego Nicos Poulantzas, consolidados no livro **Poder político e classes sociais**, publicado pela editora Martins Fontes, em 1977.

Auxiliou na leitura de Poulantzas um livro do professor de ciência política Armando Boito Jr. da Unicamp: **Estado, política e classes sociais**, publicado pela Editora UNESP, em 2007. Dele também utilizamos a coletânea de textos recém publicada no Jornal Brasil de Fato sobre o **Neofascismo no Brasil**.

Foram igualmente fundamentais três obras do sociólogo Florestan Fernandes, um dos grandes pensadores da história do Brasil. São elas: **Mudanças sociais no Brasil**, publicada pela Global, em 2008; **O que é Revolução**, publicada pela Abril Cultural, em 1978; e **Marx, Engels, Lenin: a história em processo**, de 2012, Expressão Popular.

Utilizamos também os livros **Casa-Grande e Senzala**, de Gilberto Freyre, **Parceiros do Rio Bonito**, de Antônio Candido, e **Crítica à razão dualista**, de Francisco de Oliveira, que possuem diferentes edições. Do autor Décio Saes, utilizamos **Estado e Democracia: ensaios teóricos**, da Unicamp, 1998.

Já nas análises sobre o neoliberalismo, recorremos a Gérard Duménil e Dominique Lévy e seu livro: **A crise do neoliberalismo**, publicado pela Boitempo em 2014; e ao livro **A disputa pela Construção Democrática na América Latina**, de Evelina Dagnino, Alberto Olvera e Aldo Panfichi, publicado pela Paz e Terra, em 2006.

Para apresentar o conceito de Lulismo e do deslocamento político dos empresários, recorremos a duas obras de André Singer: **Os Sentidos do Lulismo**, de 2012, e **O lulismo em crise**, de 2018, ambos da Companhia das Letras.

Sobre o neoliberalismo e sua relação com a questão urbana, cabe destaque especial a Milton Santos e seu livro **A Natureza do Espaço**. A edição que utilizamos foi da Edusp, de 2008, mas o livro foi publicado



pela primeira vez em 1996.

De Lúcio Kowarick, lemos **A espoliação urbana**, edição da Paz e Terra de 1979, e de David Harvey consultamos duas obras: **A Produção Capitalista Do Espaço**, publicada pela Anablume, em 2005 e **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**, da editora Martins Fontes, de 2014.

Por fim, utilizamos duas teses de doutorado: de Mariana Fix, defendida no Instituto de Economia da Unicamp, de 2011: **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**, e do próprio autor, Hugo Fanton Ribeiro da Silva: **A conformação de forças sociais e políticas e sua relação com a disputa entre projetos políticos**, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em 2016.

Para tratar da questão urbana, utilizamos também Ermínia Maricato, **Para entender a crise urbana**, da Expressão Popular, 2015; Nabil Bonduki, **Criando territórios de utopia**, Dissertação de Mestrado defendida na FAU-USP em 1987; e a entrevista de João Whitaker, **A política habitacional e a agenda urbana no Brasil**, publicada em 2019 pelo portal LabHab.





Renata Miron





Renata Miron





Acervo UNMP





Acervo UNMP





Acervo UNMP



Juca Guimarães/Jornal Brasil de Fato



# CONSELHO EDITORIAL

**União Nacional por Moradia Popular**  
Coordenação Nacional

**São Paulo**

José de Abraão  
Maria das Graças de Jesus Xavier  
Sidnei Antônio Euzébio Pita

**Alagoas**

Maria Jose Alves da Silva  
Maria Jose da Conceição da Hora

**Amazonas**

Cristiane Amaral Sales Telles  
Maria Carmencita Pinto Almeida

**Bahia**

Marli Carrara Vrzezegnassi  
Matilde Oliveira dos santos

**Goiás**

Simone Inocência Teixeira  
Marcio Antônio Teodoro

**Maranhão**

José Raimundo Trindade  
Osmundo Neves

**Minas Gerais**

Whelton Pimentel de Freitas  
João Costa

**Pará**

Paulo Afonso Caldeira dos Santos  
Joel Resende de Oliveira

**Paraíba**

Alberto Freire da Silva  
Josélia Silvia dos Santos

**Paraná**

Maria das Graças Silva de Souza

**Pernambuco**

Lidia Brunes da Silva de Souza  
Ana Paula da Silva

**Rio de Janeiro**

Jurema da Silva Constâncio  
Claudio da Silva Pereira

**Sergipe**

Jussara da Cunha Barbosa Silva

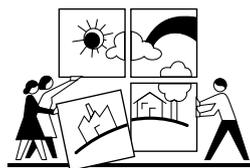
**Tocantins**

Adelmário Alves dos Santos Jorge  
Raimundo Silva de Oliveira

**União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior**

**Coordenação Executiva**

Donizete Fernandes  
Maria das Graças de Jesus Xavier  
Sidnei Pita  
Mariza Dutra Alves  
Marta Pereira de Araújo  
Marilene Ribeiro de Souza  
Maria Aparecida Mattos  
Vani Poletti  
Maria de Fátima dos Santos  
Marcia Aparecida S. Falcão Teles  
José de Jesus Ferreira da Silva  
Cristiane Gomes Lima  
Vera Lúcia M. Lima  
Neuma Silva de O. Cruz  
Vagner Ricardo Perri Camarotto



**UNIÃO**  
NACIONAL POR  
**MORADIA**  
**POPULAR**

60

